



Comunidades enfrentam desmatamento, soluções falsas e interesses corporativos



Kalimantan oeste, Borneo. Foto: David Gilbert/RAN

Nossa Opinião: Botando mais lenha na fogueira.....	2
A OLAM Palm Gabão quer usar a Definição de Florestas para implementar sua promessa de “Desmatamento Zero”.....	5
A dinâmica e os processos de mudança na Amazônia peruana : aprendendo com os quéchua-lamas.....	9
Indonésia : violência contra trabalhadoras das plantações de dendê.....	14
Os povos indígenas e o difícil acesso à justiça por questões de terra em Camarões	17
REDD+: um esquema podre em sua essência.....	20
Mekong : onde a febre da borracha ataca novamente.....	25
A resistência das mulheres mapuche lavkenche ao modelo florestal chileno.....	30

ALERTAS DE AÇÃO

Os conflitos violentos no Parque Nacional Kahuzi Biega, na RDC , têm que parar!.....	33
Declaração contra a segunda fábrica de celulose da UPM no Uruguai	33

RECOMENDADOS

Chile : vozes territoriais sobre a megaexpansão da Celulose Arauco.....	33
Documentário que acusa a Veracel Celulose de subornos, grilagens e violência em Brasil é exibido pela segunda vez na Finlândia	34
África : A certificação da RSPO para plantações de dendê é lavagem verde!.....	34
Árvores para resolver os problemas do mundo? Desde as árvores transgênicas para a bioeconomia até a proposta de um trilhão de árvores e os Negócios para a Natureza.....	34

Este Boletim tem artigos escritos pelas seguintes organizações e indivíduos:

Muyissi environnement, Gabão; Zidane, Sawit watch, Indonésia; NGONO OTONGO Martin Romuald, Centro para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CED - Centre pour l'Environnement et le Développement), Camarões; Luis Romero Rengifo, Centro Waman Wasi, Lamas, Peru; Marquardt, Kristina, Pain Adam e Bartholdson Örjan, Universidade Agrícola da Suécia; Verónica González Correa, Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais (OLCA – Observatorio Latinoamericano de conflictos ambientales); e membros do Secretariado Internacional do WRM.

Comunidades enfrentam desmatamento, soluções falsas e interesses corporativos

Nossa Opinião:

Botando mais lenha na fogueira



“Choque” é uma reação comum quando surge uma crise ... ou quando ela vem à tona. Governos do mundo todo – principalmente do Norte global –, organizações multilaterais, empresas e cidadãos de todos os cantos do planeta ficaram “chocados” e expressaram sua desaprovação e desprezo, de uma maneira ou de outra, à reação do atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro aos incêndios florestais na Amazônia.

Nesse caso, **contudo, as expressões de “choque” também proporcionam uma cortina de fumaça conveniente para governos, instituições financeiras e empresas ocultarem seu próprio papel e sua responsabilidade por essa crise.** As causas subjacentes aos incêndios apontam esses atores com a mesma intensidade com que apontam ao atual presidente brasileiro de extrema direita. A maior parte do frenesi da mídia se caracteriza por análises superficiais, e a atenção vai desaparecer assim que as chuvas na Amazônia extinguirem a maioria das chamas.

Sem dúvida, o governo da extrema direita no Brasil foi uma péssima notícia para os povos indígenas e seus territórios, e para as florestas em geral. Nem a proteção das florestas nem o respeito aos modos de vida e uso tradicionais da Amazônia são de interesse desse governo. O próprio presidente incita permanentemente a violência contra os povos indígenas e incentiva a invasão de seus territórios por empresas de agronegócio e

mineração. Ele até sugeriu que esses povos devem ser “integrados” à sociedade, uma política governamental que foi – finalmente – abandonada pela Constituição brasileira de 1988.

Mas tampouco se deixe enganar. **O desmatamento em grande escala, incluindo extensas queimadas na Amazônia, não é um processo novo.** O presidente Bolsonaro e seus assessores no governo estão, sem dúvida, colocando lenha na fogueira, mas as florestas vêm sendo destruídas e as árvores, incendiadas, desde antes de sua chegada ao poder. O desmatamento na Amazônia brasileira voltou a aumentar desde 2012. Na verdade, muitos dos mesmos governos, organizações multilaterais e empresas que agora alegam estar “chocados”, de uma maneira ou de outra facilitaram e se beneficiaram do intenso desmatamento na Amazônia, tanto passado quanto recente. **Seu “choque” com relação aos incêndios está manchado de hipocrisia.**

Há séculos, os povos indígenas estão na linha de frente, defendendo seus territórios e suas vidas, dentro e fora da Amazônia. Eles consideram essas florestas como uma parte fundamental de sua existência e seu sustento, e demonstraram várias vezes que sabem conservar e coexistir com esses territórios.

Inúmeras comunidades que dependem da floresta na Amazônia também vêm lutando há muito tempo, e continuam resistindo à indústria madeireira, à indústria de carnes, às plantações de monoculturas em constante expansão para a indústria de celulose e papel, bem como à indústria de alimentos, com sua crescente demanda por soja e óleo de dendê, à indústria de mineração, às mega-hidrelétricas, à construção de infraestrutura na forma de ferrovias, estradas, portos e hidrovias. Essa infraestrutura não serve às pessoas; ela atende principalmente às necessidades que essas indústrias têm de transporte cada vez mais rápido e com custos cada vez menores. **Os lucros das empresas se dão à custa das florestas e das populações que dependem delas.** (1) **Essas populações também lutam contra as falsas soluções para a crise ambiental e climática.** Essas falsas soluções partem de uma análise tendenciosa do problema e promovem políticas e programas que não tocam no setor privado sendo um dos incentivadores do desmatamento em grande escala; em vez disso, restringem a agricultura camponesa e o uso e o acesso às florestas. Pior ainda é que muitas dessas falsas soluções (REDD+, certificação, promessas de desmatamento líquido zero) também fazem lavagem verde na destruição causada pelas empresas. (2)

Não nos enganemos, acreditando que os **governos do Norte e os bancos multilaterais, como o Banco Mundial**, são salvadores. Eles ainda são **atores fundamentais na geração de desmatamento.** O governo da Noruega, por exemplo, suspendeu as doações ao Fundo Amazônia devido a graves preocupações sobre a gestão do Fundo e ao aumento do desmatamento na Amazônia brasileira. Mas, concretamente, as operações de empresas das quais o governo da Noruega é coproprietário – a empresa de petróleo Equinor, a fábrica de fertilizantes Yara e a indústria de alumínio Norsk Hydro – estão envolvidas no desmatamento. A Norsk Hydro, por exemplo, possui uma mina de bauxita e uma refinaria no estado amazônico do Pará. E a hipocrisia não se limita ao governo norueguês.

Há décadas, instituições multilaterais, como o Banco Mundial, vêm promovendo uma narrativa destrutiva de “progresso e desenvolvimento”, juntamente com o “livre comércio”. Na realidade, essa ideologia baseada no “desenvolvimento através da globalização” resultou em subsídios e empréstimos que abriram caminho para o

financiamento de empresas e políticas governamentais que invadiram e destruíram florestas e territórios. Em 2014, a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), braço do Banco Mundial para o setor privado, estava gerenciando 156 projetos em 34 países, no valor de 260 milhões de dólares em serviços de consultoria para promover o desenvolvimento do setor privado. As prescrições do Banco sobre reforma de políticas facilitam o acesso à terra em detrimento de agricultores familiares, pastores e povos indígenas. (3) Existem inúmeros exemplos como esse. 4)

Os programas de ajuda bilateral também promovem soluções falsas e tornam invisível a destruição causada por empresas como principal fator de perda de florestas, ao responsabilizar de forma inverídica a agricultura camponesa e indígena pelo desmatamento. **A promoção do REDD+ pelo GIZ da Alemanha, o NORAD da Noruega e a agência de ajuda USAID, dos EUA,** é o exemplo mais recente – mas longe de ser único (5). No estado amazônico do Acre, por exemplo, o banco de desenvolvimento alemão KfW tem financiado o REDD *Early Movers*. O programa não apenas foi incapaz de impedir o aumento devastador do desmatamento no estado no último ano, como também prejudicou a resistência dos Povos Indígenas ao proporcionar verbas de REDD+ como “doação” ao governo do Acre e financiar atividades culturais em territórios indígenas distantes da fronteira do desmatamento, enquanto eliminava gradualmente o financiamento para a demarcação de territórios indígenas.

Se você está “chocado” com os incêndios na Amazônia e em outros territórios florestais, **una-se, em solidariedade radical, aos povos indígenas e a outras comunidades que dependem da floresta no mundo todo, para deter as causas subjacentes do desmatamento.**

Junte-se à luta!

(1) Veja alguns exemplos do Boletim do WRM sobre as lutas das pessoas que dependem da floresta contra

* *Extração de madeira*: O povo Munduruku no Brasil: concessões florestais se impondo em território indígena, Boletim 217 do WRM, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-povo-munduruku-no-brasil-concessoes-florestais-se-impondo-em-territorio-indigena/> e Peru: o corte massivo de árvores por empresas destrói florestas e populações, Boletim 207 do WRM, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/peru-o-corte-massivo-de-arvores-por-empresas-destroi-florestas-e-populacoes/>

* *Indústria de celulose e papel*: Mulheres em pé combatendo fábrica de papel da Suzano no Maranhão, Brasil, Boletim 244 do WRM, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/mulheres-em-pe-combatendo-fabrica-de-papel-da-suzano-no-maranhao-brasil/>

* *Plantações de dendê e mineração*: Brasil– A mineradora VALE promovendo o dendê no Pará: impactos da “economia verde”, WRM Boletim 218, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-a-mineradora-vale-promovendo-o-dende-no-para-impactos-da-economia-verde/>

* *Fazendas de pecuária*: Viver Fugindo: a devastação das vidas e das terras dos Ayoreos nas mãos de pecuaristas, WRM Boletim 216, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/viver-fugindo-a-devastacao-das-vidas-e-das-terras-dos-ayoreos-nas-maos-de-pecuaristas/>

* *Produção de alimentos*: Produção e consumo de alimentos: a resistência contra a dominação, Boletim 230 do WRM, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/producao-e-consumo-de-alimentos-a-resistencia-contr-a-dominacao/>

* *Hidrelétricas*: Brasil: A luta dos Povos Xinguara na Amazônia, Boletim 244 do WRM, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-a-luta-dos-povos-xinguara-na-amazonia/>

* *Hidroviás*: A Hidrovia Amazônica no Peru: contra os rios que caminham, Boletim 244 do WRM, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-hidrovia-amazonica-no-peru-contra-os-rios-que-caminham/>

(2) Veja, por exemplo, *Interrompendo o desmatamento? O REDD+ e a proteção às indústrias dos combustíveis fósseis e da conservação*, uma compilação de artigos do Boletim do WRM e declarações de povos indígenas contra as políticas de programas de REDD, setembro de 2018, <https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/interrompendo-o-desmatamento-o-redd-e-a-protecao-as-industrias-dos-combustiveis-fosseis-e-da-conservacao/>

(3) The highest bidder takes it all, *Counter Balance*, April 2019, <https://www.brettonwoodsproject.org/2019/04/the-highest-bidder-takes-it-all-the-world-banks-new-scheme-to-privatise-land-in-the-global-south/>

(4) Broken Promises, How World Bank Group policies and practice fail to protect forests and forest peoples' rights, 2005, <https://wrm.org.uy/books-and-briefings/broken-promises-how-world-bank-group-policies-and-practice-fail-to-protect-forests-and-forest-peoples-rights/>

(5) As contradições da cooperação alemã na Amazônia, Ponto de Debate (disponível em português), https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2016/08/ponto_debate_ed5_final.pdf

A OLAM Palm Gabão quer usar a Definição de Florestas para implementar sua promessa de “Desmatamento Zero”



Plantação de dendezeiros da OLAM perto da vila de Sanga/WRM

A expansão das plantações industriais de dendezeiros é um fator conhecido do desmatamento tropical e isso tem sido, por anos, um problema candente para os investidores do setor de dendê e para os consumidores. Mas o problema parece estar resolvido. Pelo menos é nisso que a indústria do dendê quer que acreditemos. Sua receita é chamada de “desmatamento zero”, uma ideia lançada por grandes ONGs de conservação, no Brasil, em 2007. Nos últimos anos, várias das maiores empresas de plantação de dendezeiros assumiram compromissos de manter seus negócios com “desmatamento zero”.

Para essas empresas, assumir **um compromisso de “desmatamento zero”** é muito atrativo. Em primeiro lugar, porque **desvia a atenção do desmatamento em grande escala que essas empresas já haviam provocado antes**. Portanto, é útil para limpar suas imagens e reputações e **abre as portas para que elas recebam mais dinheiro dos bancos e façam mais vendas para consumidores preocupados com a questão**. O nome também é muito atraente porque fala por si: “desmatamento zero”, e nada mais! No entanto, permanece uma pergunta fundamental: como as empresas podem sustentar esse

compromisso na prática e expandir seus negócios – principalmente aquelas que operam em países florestais? **A OLAM, com sede em Cingapura, por exemplo, garantiu acesso a 500 mil hectares de terras para estabelecer grandes plantações de dendzeiros no Gabão, um país com 89% de cobertura florestal. Sendo assim, como a empresa pode afirmar tem compromisso com “desmatamento zero”?**

O compromisso de desmatamento zero da OLAM versus a realidade

Segundo o discurso oficial, a OLAM atua em um empreendimento conjunto com o Estado do Gabão, e é a principal indústria de dendê do país. (1) O governo de Gabão detém uma participação de 49% na OLAM Gabon. Em dezembro de 2016, um relatório da ONG de conservação Mighty Earth, dos Estados Unidos, mostrou que a OLAM havia desmatado cerca de 20.000 hectares no Gabão para suas plantações industriais de dendzeiros. (2) Apenas três meses depois, em fevereiro de 2017, a Mighty Earth assinou um acordo com a empresa em que esta se comprometia com uma moratória sobre o desmatamento. (3)

É difícil acreditar que a OLAM tenha mudado de ideia apenas para se livrar do histórico negativo que a Mighty Earth mostrou. **O apetite por mais terras e, portanto, florestas, para aumentar a produção e os lucros é uma parte intrínseca da lógica comercial das empresas de monoculturas.** A questão, então, é descobrir as estratégias e táticas que a OLAM segue para poder alegar “desmatamento zero”, legitimada por ONGs de conservação como a Mighty Earth, enquanto continua seus negócios lucrativos em um país florestal como o Gabão.

Uma tática importante é a maneira como a empresa define “desmatamento zero”. No documento chamado “Living Landscape” (Paisagem viva) (4), ela explica que **“desmatamento zero” significa adotar “os princípios do positivo líquido”,** resultando em um “impacto positivo líquido”. A palavra “líquido” pode parecer insignificante, mas é fundamental, pois **permite que as empresas continuem destruindo áreas, incluindo florestas, desde que compensem essa destruição, protegendo outras áreas “comparáveis”** em termos de biodiversidade e tipo de vegetação, as quais elas afirmam estar em risco de destruição. A palavra “positivo” na formulação “impacto positivo líquido” vai ainda mais longe: supostamente expressa que uma empresa não apenas compensa sua destruição, mas também protege outros locais de risco, criando um impacto “positivo líquido” em comparação com a situação anterior. Essa ideia tem sido adotada cada vez mais pelas empresas, e é o **princípio básico por trás do mecanismo de “compensação da biodiversidade”** (5). No entanto, isso está errado. Cada lugar é único em sua própria diversidade e está enraizado em um tempo e um espaço específicos e, assim, não pode ser comparado nem substituído por outras áreas. Além disso, esses locais são frequentemente usados pelas comunidades como meios de subsistência e, portanto, não devem ser destruídos! Mas a OLAM vai além e afirma que seus “princípios de positivo líquido” estão produzindo um “triplo impacto positivo”, resultando em “agricultores e sistemas agrícolas prósperos” e “comunidades prósperas”, além de “regenerar o mundo”.

No entanto, essas alegações contrastam fortemente com a situação que as comunidades que vivem nas plantações da OLAM enfrentam na sua luta diária para sobreviver. **As comunidades se deparam com mais restrições do que antes no acesso e no uso de florestas nas áreas de concessão da empresa,** que agora ela pode utilizar como compensação. Essas áreas são tradicionalmente usadas pelas comunidades para agricultura, caça, pesca e coleta de produtos não madeireiros. Além disso, **a OLAM está**

avançando suas plantações sobre as chamadas savanas ou campos. Isso afeta em muito as comunidades locais, porque são áreas úteis e valiosas para caçar, pescar, coletar cogumelos, entre outras coisas (6). Isso lembra o que aconteceu no Brasil há alguns anos, quando grandes ONGs nacionais e internacionais de conservação se concentraram em defender apenas a proteção da floresta amazônica, fazendo com que o agronegócio se transferisse para o bioma da savana brasileira, o “Cerrado”, que é muito menos protegido, iniciando a destruição em grande escala desse bioma, que também é extremamente valioso.

Uma solução falsa, mas rentável para a OLAM: definir uma floresta com base no carbono por hectare!

Uma das táticas mais perversas e perigosas sugeridas pela OLAM e seu parceiro de negócios, o governo do Gabão, é **mudar a definição de floresta do país para beneficiar os negócios da empresa.** Em 2018, o Ministério da Agricultura do Gabão propôs alterar a atual definição baseada apenas na cobertura de árvores – já que a maioria das definições em todo o mundo segue a da FAO (7) – para uma sem precedentes. A proposta consideraria uma floresta não apenas como uma área com árvores, mas também definiria **um parâmetro de uma quantidade mínima de carbono que uma área florestal deveria conter.** De acordo com a proposta (8) feito por Lee White, atual ministro de florestas, pela Agência Nacional de Parques Nacionais do Gabão (ANPN), “uma floresta é um ecossistema com uma superfície de pelo menos quatro hectares de árvores florestais endêmicas, com uma média de pelo menos 5 árvores de dhp [diâmetro na altura do peito, na sigla em francês] > 70 cm/ha e/ou biomassa > 118 Toneladas de Carbono/Ha”.

Se essa definição for adotada, criará um precedente perigoso. Não apenas é arriscado incluir o parâmetro do carbono em uma definição de floresta; a quantidade mínima sugerida de 118 toneladas de carbono por hectare simplesmente excluiria florestas secundárias e florestas em regeneração da definição. **O objetivo geral fica muito claro: a OLAM pode expandir suas plantações para áreas de florestas secundárias e florestas em regeneração, ao mesmo tempo em que afirma manter seu compromisso internacional de “desmatamento zero” com bancos e consumidores.**

A nova proposta de definição de floresta reforça duas causas subjacentes do desmatamento. Primeiro, **intensifica os problemas da definição de floresta promovida pela FAO,** que define uma floresta apenas como um monte de árvores, perpetuando os negócios e os lucros das indústrias de corte e processamento de madeira e de celulose e papel. A definição da FAO também perpetua a marginalização e a discriminação das visões das muitas comunidades que dependem das florestas em relação a essas florestas: uma complexa unidade de vida, com plantas, animais e comunidades humanas, que elas costumam chamar de lar; enfraquece suas lutas para conservar e defender seus territórios florestais. Segundo, **adota e reforça ainda mais as falsas soluções que usam as florestas para combater as mudanças climáticas,** ao reforçar a visão de que o que realmente importa é o carbono armazenado nas árvores. É isso que defende o REDD, a principal política internacional de florestas dos últimos 10 anos. O REDD impõe uma série de restrições de uso às comunidades que dependem da floresta, semelhante ao que estão vivenciando agora as comunidades nas áreas de concessão de dendezeiros da OLAM.

Mas e as plantações de dendê e a RSPO?

Desde sua criação, há 15 anos, a Mesa Redonda de Óleo de dendê Sustentável (RSPO, na sigla em inglês), faz a falsa afirmação de que pode tornar o setor industrial de óleo de dendê sustentável sem alterar estruturalmente o modelo destrutivo e violento de plantações de monoculturas em grande escala no qual esse setor se baseia. A rejeição a esse modelo foi manifestada mais uma vez por 110 organizações nacionais e internacionais em uma carta aberta à RSPO, na véspera de sua última assembleia geral, em 2018. (9) No entanto, **a RSPO insiste em que pode transformar o modelo “melhorando-o”, também como forma de responder às críticas.** O desmatamento é provavelmente a questão mais urgente levantada pelos membros da RSPO, entre os quais estão bancos, incluindo a Corporação Financeira Internacional (IFC) do Banco Mundial e empresas compradoras de óleo de dendê.

A pressão fez com que a RSPO adotasse, durante sua última assembleia, um novo padrão, no qual uma das principais mudanças é a promoção de uma política de “desmatamento zero”. Antes de novembro de 2018, a RSPO exigia apenas que, nas áreas de plantio certificadas, fossem protegidos os tipos de vegetação definidos pela empresa como florestas de “Alto Valor de Conservação” (HCV) e “Alto Estoque de Carbono” (HCS) – na maioria das vezes, florestas primárias que supostamente armazenam mais carbono do que outros ecossistemas. Enquanto isso, florestas secundárias, geralmente muito valiosas para as comunidades, poderiam ser destruídas. Mas, sob o novo padrão da RSPO, além das primárias, as florestas secundárias e em regeneração também se enquadram na categoria das que não podem ser destruídas apenas para dar lugar a plantações de dendezeiros. Portanto, na prática, a RSPO adotou uma política de “desmatamento zero”, dependendo de como e de quem define essas categorias florestais. A OLAM é membro da RSPO, que certifica parte de suas plantações e está em um processo para certificar todas, de forma a que endossa a política de “desmatamento zero” da empresa. Sendo assim, a pergunta que fica é: **o que a RSPO tem a dizer sobre a tática adotada pela OLAM e pelo governo do Gabão para mudar a definição de floresta e continuar destruindo florestas?** E os outros bancos de desenvolvimento, como a IFC/Banco Mundial, que planejam conceder um empréstimo importante à OLAM Gabon?

O caso da OLAM no Gabão mostra que o “desmatamento zero” está longe de ser um compromisso simples e direto com a interrupção do desmatamento. Nas mãos da indústria do dendê, de empresas como a OLAM e do esquema de certificação da RSPO, parece ser muito mais uma ferramenta oportunista de relações públicas do que um instrumento para enfrentar a crise do desmatamento. Ao criar uma cortina de fumaça para bancos e consumidores, **faz com que empresas de dendê, principalmente as que atuam em países florestais, usem seu poder e sua influência políticos para impor novas táticas e estratégias que lhes garantam continuar seus negócios e obter lucros enquanto defendem uma imagem de uma empresa que protege florestas.**

Ainda pior é que, concretamente, **os compromissos de “desmatamento zero” tendem a aprofundar os problemas enfrentados pelas comunidades que dependem da floresta dentro e ao redor das áreas de concessão do dendê.** No Gabão, essas comunidades lutam para manter e recuperar o controle sobre seus territórios, incluindo as áreas florestais que a OLAM ainda não destruiu.

Muyissi Environnement, Gabão, e WRM

- (1) Boletim 230 do WRM, As plantações de dendê “verdes” são uma farsa: o caso da OLAM, maio de 2017, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/as-plantacoes-de-dende-verdes-sao-uma-farsa-o-caso-da-olam/>
- (2) Mighty Earth, Palm Oil’s Black Box (A caixa preta do óleo de dendê), dezembro de 2016, <http://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/2016/12/Palm-Oil-Black-Box-PrintApproval4.pdf>
- (3) Embora a OLAM tenha reagido pela primeira vez em 2016 ao relatório da Mighty Earth, afirmando: “Concordamos com o direito soberano do Gabão de converter uma minúscula porcentagem de suas terras florestais menos valiosas para a agricultura, desde que feito de forma responsável e transparente” (ver Mongabay, Palm oil giant defends its deforestation in Gabon, points to country’s right to develop, dezembro de 2016, <https://news.mongabay.com/2016/12/palm-oil-giant-defends-its-deforestation-in-gabon-points-to-countrys-right-to-develop/>, três meses depois, ela aparentemente mudou de ideia e assumiu um compromisso muito diferente, declarando “suspender por mais um ano o desmatamento de florestas no Gabão para plantações de dendezeiros e seringueiras (um período que pode ser estendido)”. (Mighty Earth, OLAM and Mighty Earth agree to Collaborate on Forest Conservation and Sustainable Agriculture in Highly Forested Countries, February 2017, <http://www.mightyearth.org/olam-and-mighty-earth-agree-to-collaborate/>)
- (4) OLAM, OLAM living Landscapes Policy, abril de 2018, https://www.olamgroup.com/content/dam/olamgroup/pdf/Olam-Living-Landscapes-Policy_English.pdf
- (5) Para mais informações sobre compensação de biodiversidade, veja o caso da Rio Tinto em Madagascar em <https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/rio-tinto-in-madagascar-a-mine-destroying-the-unique-biodiversity-of-the-littoral-zone-of-fort-dauphin/>
- (6) No final deste ano (2019), a ONG gabonesa Muyissi Environnement e o WRM publicarão um relatório sobre os impactos concretos sobre as comunidades devido ao compromisso de desmatamento zero da OLAM.
- (7) WRM, Definição de Floresta, <https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/desmatamento/causas-subjacentes/definicao-de-floresta/>
- (8) WWF-Gabão, la rédefinition de la forêt, quels enjeux pour le Gabon? Novembro, 2018
- (9) WRM, declaração da “RSPO: 14 anos sem conseguir eliminar a violência e a destruição do setor industrial de óleo de dendê”, <https://wrm.org.uy/other-relevant-information/sign-the-statement-rspo-14-years-failing-to-eliminate-violence-and-destruction-from-the-industrial-palm-oil-sector/>

A dinâmica e os processos de mudança na Amazônia peruana: aprendendo com os quéchua-lamas



Centro Waman Wasi, Lamas, Peru

O Peru possui a sétima maior área florestal do mundo, onde o desmatamento começou mais tarde e as taxas de perda de florestas foram baixas em comparação com o Brasil. A expansão do Estado em direção à Amazônia teve início na década de 1980, por meio de

projetos de colonização subsidiados. Com o governo neoliberal de Fujimori (1990-2001), a Amazônia se abriu ainda mais através da construção de estradas, resultando em grandes migrações de populações dos Andes. Além disso, foram lançados vários projetos de grande porte para extração de minérios, petróleo e gás natural.

O governo peruano diz que a pequena agricultura, ou “migratória”, é responsável por 90% do desmatamento, mas essa afirmação tem fragilidades metodológicas e conceituais. Em primeiro lugar, a maioria dos dados sobre desmatamento no Peru foi compilada em nível agregado por meio de teledetecção (via satélite) e os dados em nível regional tiveram como base opiniões coletadas de funcionários do governo e membros de ONGs, o que refletiu a narrativa oficial e carece de evidências empíricas ou de análise dos fatores que determinam as mudanças no uso da terra.

Em segundo lugar, a terminologia da agricultura “migratória” é confusa e agrupa dois processos diferentes no uso das florestas. O primeiro é o dos sistemas de corte e queima praticados por grupos indígenas e por mestiços ou ribeirinhos, que geralmente não levam à conversão permanente da floresta em terra agrícola. O segundo é a derrubada completa da floresta para uso agrícola, praticada em grande parte por migrantes. É importante fazer a distinção entre os dois processos, os atores envolvidos, suas motivações e seus efeitos para melhor entender os fatores que impulsionam o desmatamento e determinam as respostas que poderiam ser apropriadas. **Culpar a pequena agricultura como a principal causa da perda de florestas é negar o papel das políticas e dos programas agrícolas do governo na promoção de mudanças no uso da terra e ignorar as competências do governo sobre os direitos de acesso, uso e controle da terra.**

Conservação e agronegócio: dois aspectos da expropriação

A região de San Martín, na Amazônia peruana, era relativamente inacessível até a década de 1960, quando foi inaugurada a estrada principal Fernando Belaúnde Terry. Nos anos 80, a coca havia se tornado um importante cultivo comercial que atraía migração em grande escala, gerando mudanças de paisagem, com desmatamento e um surto de crescimento econômico. A produção de coca combinada com as atividades de dois grupos guerrilheiros (o Movimento Revolucionário Tupac Amaru e o Sendero Luminoso) provocou instabilidade e um alto nível de violência. Isso levou a uma forte presença militar que limitou a separação de terras a lotes individuais ou comerciais. Depois de 1995, quando essa presença militar foi reduzida, o desmatamento começou a aumentar. **Estima-se que 30% do território regional tenham sido desmatados em 2000**, o que coincidiu com o processo de descentralização de 2002, quando o governo regional assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico e os recursos florestais.

Havia a expectativa de que os governos regionais pudessem proporcionar governança mais eficiente e sustentável, fortalecer a democracia cada vez mais, incluindo a população local nos processos de tomada de decisão, além de melhorar os serviços públicos para os cidadãos. No entanto, o partido Nueva Amazônia, que esteve no governo regional de 2007 a 2015, desenvolveu uma **visão de produção agrícola intensiva combinada com desenvolvimento da “conservação” e do ecoturismo**, e promoveu San Martín como a “Região Verde”. Foram feitos grandes investimentos em infraestrutura, a produção de café e cacau aumentou, e **a terra foi aberta para o cultivo agroindustrial de pinhão manso e dendê**.

Da mesma forma, 70% do território da região de San Martín foi demarcado para “conservação”, com poucas consultas às aldeias. Até agora, 1.340.000 hectares foram delimitados, de uma meta de 2,5 milhões estabelecida pelo Programa Nacional de Conservação Florestal para Mitigação das Mudanças Climáticas. O objetivo é **obter controle sobre o acesso e o uso das florestas**. Em grande medida, a Área de

Conservação Regional (ACR) Cordillera-Escalera e as Zonas de Conservação e Recuperação de Ecossistemas (ZoCREs) foram sobrepostas aos territórios indígenas e, até agora, o governo regional não abordou a questão dos direitos das comunidades indígenas garantidos por lei.

A conservação e os cultivos perenes, ou seja, aqueles que têm um ciclo de vida longo ou permanente, têm sido vistos como a resposta regional ao desmatamento. No entanto, as ações do governo de San Martín para demarcar e **confinar florestas sob planos de conservação constituem uma ameaça existencial ao acesso e ao uso de florestas pelas comunidades quéchua-Lamas**. Por outro lado, o foco **na agricultura comercial perene se tornou um impulsionador do desmatamento**.

Com o objetivo de produzir cultivos comerciais (por exemplo, café e cacau), os agricultores migrantes se mudam para áreas florestais desmatadas, que as comunidades quéchua-lamas consideram seu território tradicional. **As plantações comerciais também são uma ameaça crescente**. As comunidades instaladas em áreas distantes, nas profundezas das florestas, patrulham constantemente seus territórios para manter os migrantes afastados.

Algo é certo. Quando aumenta a distância entre as áreas florestais e as comunidades, o tamanho médio das fazendas diminui, os padrões de cultivo mudam para tipos perenes, como o cacau, e o uso das florestas é reduzido. Por outro lado, quando há acesso fácil, as florestas são integradas às atividades de subsistência, proporcionando uma fonte considerável de alimento (de plantas a animais). Onde não há floresta próxima, o uso pode ser limitado à caça ocasional em alguma floresta distante.

Portanto, vemos três dinâmicas influenciando os territórios florestais de San Martín atualmente. A primeira são as reivindicações da população indígena, majoritariamente quéchua-lamas, sobre seus territórios tradicionais; a segunda é o corte de florestas, principalmente por populações migrantes; a terceira, que está vinculada às duas primeiras, é a expansão de cultivos comerciais perenes e das áreas de conservação. **Essas dinâmicas, por outro lado, tornaram invisível o potencial dos sistemas agrícolas locais para promover meios de subsistência benéficos e sustentáveis**, bem como o das florestas secundárias diversas (florestas regeneradas naturalmente) que poderiam ser a melhor proteção para a floresta nativa.

A posse da terra e o uso das florestas

A lei das comunidades nativas permite ao povo quéchua-lamas reivindicar direitos de uso de suas florestas, embora se continue discutindo intensamente a suspensão, pelo Estado, dos direitos de propriedade sobre suas florestas tradicionais. Não há dados sobre o alcance das reivindicações, mas, de acordo com uma fonte informal: 42 aldeias reivindicaram terras dentro da ACR Cordillera-Escalera, representando mais de 120 mil hectares. A área de floresta solicitada pelas aldeias varia de 50 a 120 mil hectares. A comunidade de Yuri Lamas, uma das poucas que obteve o título de território florestal, possui 31 mil hectares dentro da ACR. No entanto, o Governo Regional tem demorado a atender a essas demandas, argumentando que não é por razões políticas que a lei deixa de ser cumprida, e sim por razões orçamentárias e técnicas e pelas dificuldades de viajar a áreas remotas para fazer as medições necessárias.

A falta de acesso aos seus direitos à terra abre as portas para as comunidades buscarem outras formas de titulação, como as concessões. Mas as concessões são muito diferentes. O *título* oferece direitos de uso perpétuos, em grande parte seguindo as práticas tradicionais, embora com algumas restrições. **A concessão, por sua vez, promove atividades de conservação implementadas por meio do apoio técnico de órgãos intervenientes**, utilizando especialistas, técnicas, tecnologias e regulamentos para treinar

os habitantes no manejo e na preservação de florestas, de acordo com protocolos e normas específicos. As concessões também vêm **com direitos territoriais reduzidos, uso regulamentado de terras ancestrais e contratos de concessão limitados no tempo, sem garantia de extensão.**

Portanto, as opções dos quéchua-lamas para manter o controle de seus territórios tradicionais podem estar cada vez mais conectadas à necessidade de se comportar como “conservadores” ou “nativos ecológicos”. Mas há também sinais de que **a nova governança florestal está direcionada a um uso mais mercantilizado da terra para satisfazer os mercados mundiais e “verdes” em expansão (por exemplo, de óleo de dendê e sequestro de carbono).**

A expansão das culturas perenes protege as florestas?

Na produção agrícola, sempre houve uma forte ênfase nos planos de desenvolvimento regional. **O foco nos cultivos perenes (principalmente café, cacau e dendê) costuma ser apresentado como uma expansão mais respeitosa do que os cultivos anuais e como forma de parar a agricultura de corte e queima,** reduzindo a necessidade de abrir novas terras.

Os cultivos comerciais permanentes foram aumentados nas comunidades quéchua-lamas. Os agricultores ampliaram a produção de café e cacau, com ênfase no segundo. No entanto, **em nenhuma das aldeias, os campos de cacau e café substituem os campos de corte e queima.** Estes, com cultivos comestíveis, podem se sobrepor aos cultivos perenes durante o estabelecimento da camada de sombra, mas ambos usos da terra têm papéis fundamentalmente diferentes.

Novas maneiras de ver e manejar florestas amazônicas?

As novas abordagens aos meios de subsistência nas florestas de San Martín foram redirecionadas, desde 20 anos atrás, para sistemas agroflorestais e o crescente interesse em produtos não madeireiros. O governo regional e as universidades locais promoveram “novas abordagens” baseadas na ciência (cartografia, pacotes de manejo do solo e cultivos perenes). O evento mais recente foi o dos serviços ecossistêmicos ou ambientais. À medida que foram sendo desenvolvidos programas para pagamento por serviços ambientais e programas de compensação, como o REDD, surgiram novos interesses no uso da terra. Alguns veem **esse mercado emergente de serviços ecossistêmicos como o principal motivo da baixa aprovação de títulos de florestas para as comunidades.**

Atualmente, existem poucos projetos em funcionamento para pagamento por serviços ambientais em San Martín, e eles estão direcionados a áreas florestais com outros níveis de proteção e pequenas populações. Ainda não foi estabelecido nenhum projeto de REDD em território indígena, embora **tenha havido tentativas de convencer os povos quéchua-lamas a vender direitos sobre o carbono.** O processo de REDD em San Martín, organizado na forma de mesa redonda, foi considerado o mais progressista da Amazônia peruana quando começou, em 2009. Mas os grupos indígenas consideraram que estavam mal representados, e vários deles organizaram conjuntamente uma “mesa redonda indígena”. **A principal crítica ao processo de REDD no Peru e em San Martín enfatiza que, na ânsia de implementar o programa, o governo peruano ignorou a disputa por direitos de posse de terra.** As organizações indígenas temem que o REDD e programas semelhantes abram a Amazônia para a exploração de recursos pelas transnacionais (verdes) e lancem outro surto extrativista em torno dos pagamentos de carbono, como aconteceu com a borracha e o petróleo.

Paisagens florestais ou paisagens de mercado?

No centro dos conflitos pelo controle da terra estão as questões de direitos. Por um lado, do ponto de vista dos quéchua-lamas, **surgiram novos atores, aplicando novas formas de confinamento e privatização. O Estado, representado pelo governo regional, exclui os povos indígenas através da criação de reservas e áreas de conservação.** Por meio de mecanismos de divisão territorial – como a criação da ACR Cordillera-Escalera e das Zonas para a Conservação e Recuperação de Ecossistemas (Zocres) – está se estabelecendo o controle sobre pessoas e florestas. Essas também são **maneiras de criar novas “paisagens de mercado”, em termos de sequestro de carbono e paisagens florestais “primitivas” para o consumo turístico.** Nesse processo, também se negligenciam as estruturas jurídicas existentes que outorgam direitos consuetudinários aos povos indígenas. Embora não questione abertamente esses direitos em si, o governo os está solapando efetivamente através de uma grande inação.

Os interesses do capital agroindustrial e a globalização da economia regional são promovidos direta e indiretamente por meio **da nova agricultura comercial e das plantações de árvores.** De especial relevância são as atividades expansivas dos migrantes andinos que se beneficiam do desenvolvimento comercial das plantações promovidas pelo governo. Portanto, também está sendo criado um **“cenário de trabalho” por meio dos novos processos que surgem com mudanças socioeconômicas, alteração das práticas agrícolas e novas dinâmicas urbanas.** Os processos que parecem não se concentrar diretamente nas florestas geralmente têm enormes impactos no desmatamento, na recuperação das florestas e nos meios de subsistência das pessoas.

Por sua vez, as práticas das famílias quéchua-lamas oferecem mais esperança para o futuro da floresta do que as iniciativas de conservação do governo regional. **A chamada conservação florestal e a discussão sobre REDD e sequestro de carbono passaram a ser tão dominantes que obscureceram outras dinâmicas em jogo que são essenciais na Amazônia.** Enquanto as aldeias dos quéchua-lamas são usadas como uma “marca” regional para promover um símbolo da diversidade étnica e cultural, o modelo promovido para o uso de terras e florestas na região não se baseia nas práticas desses povos, e sim no rápido aumento dos cultivos comerciais, monoculturas e grandes plantações. **Os sistemas dos quéchua-lamas podem nos ajudar a entender aspectos essenciais dos mais diversos métodos de produção e usos da terra, combinando produção e preservação de alimentos e florestas.** Infelizmente, a população quéchua-lamas considera-se um grupo étnico “colorido”, mas não uma fonte de inspiração e conhecimento para o futuro das florestas em San Martín.

* Este artigo se baseia no estudo realizado em 2018 sob o título: *“Forest Dynamics in the Peruvian Amazon: Understanding Processes of Change”*. A publicação pode ser acessada, com referências completas (em inglês), em:
https://www.researchgate.net/publication/327927263_Forest_Dynamics_in_the_Peruvian_Amazon_Understanding_Processes_of_Change

Luis Romero Rengifo, Centro Waman Wasi Lamas, San Martín, Peru,
wamanwasi@gmail.com

Marquardt, Kristina, Pain Adam e Bartholdson Örjan, Universidade Agrícola da Suécia

Indonésia: violência contra trabalhadoras das plantações de dendê



Sawit watch, Indonésia

A recorrente história do “sucesso” da Indonésia como maior produtora mundial de óleo de dendê não é seguida realmente por uma história de sucesso semelhante para as trabalhadoras na indústria de plantações de dendezeiros. **As condições de exploração do trabalho na indústria das plantações de dendezeiros na Indonésia são persistentes, e a maioria das principais vítimas é de mulheres.** Embora essa situação costume ser ignorada, **o processo usado pelo maior produtor mundial de óleo de dendê é muito influenciado por sua existência.** As mulheres são responsáveis por 15 dos 16 tipos de trabalho nas plantações de dendezeiros, incluindo a colheita. (1)

As empresas de plantações de dendezeiros contratam trabalhadores permanentes e temporários (informais, terceirizados e diaristas, conhecidos como *kernet*). O setor de manutenção, que inclui o trabalho de pulverização, fertilização e limpeza, geralmente não é considerado como atividade central, de modo que a maioria dos trabalhadores – mulheres em condições precárias – trabalha de forma não permanente. (2)

As mulheres trabalham no setor de manutenção das plantações por muitos anos sem nunca adquirir a condição de trabalhadoras permanentes. Elas enfrentam maiores riscos à saúde por ter contato direto com as substâncias químicas usadas todos os dias nas plantações. Os seus direitos a licenças menstruação e maternidade, exames de rotina, e banheiros e instalações apropriadas para lactação nunca são respeitados pelas empresas. Geralmente, a relação de trabalho não é documentada adequadamente em um contrato por escrito. As informações sobre salários e jornadas de trabalho são fornecidas verbalmente pelo capataz. **As trabalhadoras das plantações de dendê costumam enfrentar injustiça de gênero na forma de marginalização, discriminação, violência e assédio.** (3)

Mulheres grávidas: trabalho ininterrupto para os lucros da empresa

No início de 2019, a ONG indonésia Sawit watch descobriu que **cinco trabalhadoras grávidas – entre um e três meses – sofreram abortos espontâneos em uma plantação de dendezeiros em Kalimantan Central, causados principalmente pelo excesso de trabalho.** “As trabalhadoras grávidas são mantidas em tarefas como capina, adubação, pulverização e coleta de frutos de dendê soltos. São trabalhos pesados. O marido de uma

das trabalhadoras grávidas perguntou à direção da empresa se poderiam dar à esposa um período de descanso ou trabalhos mais leves, mas a administração não aprovou”, disse um trabalhador. O sindicato dos trabalhadores da plantação também exigiu que as grávidas não trabalhassem ou que recebessem pequenas tarefas administrativas, mas a empresa respondeu que tudo já havia sido definido no Escritório Central de Kuala Lumpur, na Malásia.

A licença para menstruação também é complicada, embora, de acordo com as leis trabalhistas da Indonésia, todos os setores e empresas devam proporcionar esse direito a suas funcionárias. Mas não há garantia de que as mulheres o recebam. *“Um médico da empresa disse a uma funcionária que queria obter a licença: Você está falando sério que quer tirar licença menstruação? Não tem vergonha?”*, disse uma trabalhadora.

Mulheres na condição de trabalhadoras informais ou terceirizadas geralmente **não têm boa saúde reprodutiva**. Elas são empregadas para colher cachos de frutas. A meta depende do terreno a trabalhar, conhecido como *Ancak*. Se o *Ancak* estiver em um pântano, a meta é de 1,25 hectare, mas se for em terra, é de 1,5 hectare. As empresas não costumam fornecer equipamentos de proteção específicos para trabalhar em um *Ancak* de pântano, conhecido como *Ancak Rawa*. De acordo com um trabalhador informal, em um *Ancak Rawa*, a água chega à cintura de pessoas adultas, e elas não recebem roupas especiais. ***“Nós só trabalhamos, de manhã até a noite. Metade do nosso corpo, dos tornozelos até a cintura, fica debaixo d’água no pântano. A empresa não fornece roupas especiais, e se nós pedimos, ele vão nos banir e não seremos mais contratadas”***, disse uma funcionária.

A saúde das mulheres a serviço das empresas de dendê

Para as mulheres que trabalham nas plantações de dendezeiros, nunca é fácil acessar serviços de saúde fornecidos pelas empresas, devido à burocracia complicada. Se elas pedem uma licença de saúde, a gerência parece tentar dificultar o processo. Em vários casos, ***as mulheres às quais a clínica da empresa já recomendou licença de saúde continuam trabalhando devido a decisões administrativas.***

A empresa PT TN East Kalimantan, com 12.437 hectares, tem uma clínica que atende a toda a propriedade. Segundo informações dos trabalhadores, o procedimento para usar os serviços de saúde é muito burocrático, e a disponibilidade de medicamentos na clínica também é limitada. *“O mesmo remédio é usado para todas as doenças”*, disse um deles.

Em outra plantação de dendê em Sumatra do Norte, as trabalhadoras informais não têm atendimento de saúde. Se ficam doentes, a empresa não cuida de sua condição, e elas não têm direito a licença remunerada. Se não vierem trabalhar, não recebem salário. A situação das trabalhadoras permanentes é diferente, já que suas licenças ainda serão pagas no final do mês. *“Se não trabalharmos, não receberemos nenhum salário. Se adoecermos, ainda assim vamos trabalhar. Além disso, não podemos ir à clínica da empresa porque somos apenas trabalhadoras informais”*, disse uma mulher na plantação de dendezeiros de Sumatra do Norte.

A situação do trabalho informal: razões da empresa para a irresponsabilidade

“Trabalhamos de segunda a quinta com um salário de 106.000 rúpias por dia [cerca de 7,50 dólares]. O máximo que trabalhamos por mês é 16 dias. Limpamos as ervas daninhas, recolhemos frutos de dendê soltos, recolhemos cachos vazios”, disse uma diarista informal em Kalimantan do Norte.

“As trabalhadoras informais às vezes ajudam a fertilizar. Temos que gastar dois sacos de fertilizante por dia (cada saco contém 50 quilos), e isso deve ser gasto no mesmo dia. A hora em que você vai para casa depende de você, mas primeiro tem que terminar os sacos”, como disse uma delas à Sawit watch.

A empresa PT Agro Kati Lama (PT AKL), que faz parte do grupo de agronegócio belga SIPEF, opera plantações de dendezeiros no sul da ilha de Sumatra. A empresa emprega mais de 1.200 trabalhadoras informais através de seis empresas contratadas (terceirizadas). As mulheres atuam na divisão de manutenção, com um período médio de trabalho de apenas 8 dias por mês. Na maioria das vezes, elas recebem seus **salários diretamente dos capatazes, sem comprovantes de pagamento. O valor do salário é escrito apenas em documentos não oficiais, sem carimbo nem nome de quem paga.** As mulheres contratadas através de terceiros são obrigadas a assinar uma carta declarando que não irão processar por seguro de saúde, feriados religiosos pagos e custos de recuperação em casos de acidentes de trabalho.

Segundo as mulheres, desde que passaram a trabalhar para a PT AKL, nunca receberam equipamento de trabalho ou proteção, tendo que providenciar algo por conta própria. Elas também nunca foram informadas sobre os impactos que o trabalho com pulverizadores e fertilizantes teria sobre a saúde. Com frequência, perguntam quando a empresa poderia fornecer equipamentos adequados, mas nunca obtiveram resposta. Ultimamente, a PT AKL forneceu algum material incompleto e apenas para alguns dos trabalhadores.

Além disso, a empresa não se responsabiliza por acidentes de trabalho. As duas mulheres que sofreram um acidente em 2017 ainda não receberam nenhuma indenização da PT AKL, que transferiu a responsabilidade à terceirizada.

As leis que regem o emprego dentro das plantações de monoculturas na Indonésia não são claras a ponto de exigir proteção trabalhista, principalmente para mulheres. **O governo ainda exerce violência direta contra as mulheres por meio de muitas de suas políticas: expansão das plantações industriais, emprego flexível, e ausência de proteção e descumprimento dos direitos das trabalhadoras no setor de óleo de dendê.**

Embora seja verdade que o governo da Indonésia – maior produtor e consumidor mundial de óleo de dendê bruto – tenha adotado uma política para reconhecer e respeitar os direitos trabalhistas, essa política é aplicada somente em acordos escritos. A Wilmar, por exemplo, lançou um Plano de Ação Corretiva e uma política de proteção infantil para garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas; a Golden Agri-Resources, por meio de sua subsidiária SINARMAS Tbk, é uma das signatárias do Pacto Global da ONU (UNGC). Em nível de consumidor, Colgate-Palmolive, Kellogg, Nestlé, Unilever e Wilmar afirmam estar se esforçando para melhorar as condições de trabalho em toda a cadeia de fornecimento de óleo de dendê na Indonésia. Porém, os fatos mostram que **milhares de trabalhadores da indústria de plantações de dendezeiros, principalmente mulheres, são empregados em condições muito precárias, enfrentando discriminação em um ambiente de trabalho perigoso.**

Zidane

Sawit watch, Indonésia, <http://sawitwatch.or.id/>

(1) Investigação de Sawit watch, <http://sawitwatch.or.id/2019/03/11/sawit-watch-hentikan-diskriminasi-terhadap-buruh-perempuan-di-perkebunan-sawit/>

(2) Guy Standing, “The Precariat”, 2011, [https://www.hse.ru/data/2013/01/28/1304836059/Standing.%20The%20Precariat%20The%20New%20Dangerous%20Class%20-Bloomsbury%20USA\(2011\).pdf](https://www.hse.ru/data/2013/01/28/1304836059/Standing.%20The%20Precariat%20The%20New%20Dangerous%20Class%20-Bloomsbury%20USA(2011).pdf). *The New Dangerous Class* afirma que a condição de Precariado se refere a ausência de emprego permanente garantido, proteção contra a demissão arbitrária, garantia de proteção contra acidentes de trabalho ou doenças causadas pelo trabalho, indisponibilidade de informações de segurança e saúde, falta de

oportunidade para desenvolver mais habilidades e conhecimentos através de estágios, treinamento para aprimorar competências, salários mínimos e ausência de seguridade social. O precariado também não tem garantia de direitos de cidadãos, incluindo participar de associações. Alguns tipos de emprego precário envolvem todas as formas de trabalho indesejável, incluindo o mal remunerado, sem benefícios (saúde, aposentadoria, gratificações, etc.), trabalho extra involuntário, em condições perigosas, bem como no setor informal.

(3) Ver artigo do Boletim do WRM de março de 2018, *Indonésia: exploração de mulheres e violação de seus direitos nas plantações de dendê*, Zidane, Sawit watch, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-exploracao-de-mulheres-e-violacao-de-seus-direitos-nas-plantacoes-de-dende/>

Os povos indígenas e o difícil acesso à justiça por questões de terra em Camarões



Foto: CED, Camarões.

Elemento fundamental do estado de direito, consagrado em textos internacionais, o acesso à justiça ocupa um lugar central no Estado moderno. Permite a gestão de conflitos entre os administrados e o Estado, e entre os próprios administrados, e se baseia no princípio de que toda pessoa tem direito a ter sua causa ouvida de maneira equitativa e pública, por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei. Sendo assim, entende-se o acesso à justiça como a garantia reconhecida de que um indivíduo possa recorrer a uma autoridade judicial ou outros recursos previstos em lei, com todas as garantias que o protegem (prazo razoável, direito a recurso, juiz independente e imparcial, etc.), caso se considere vítima de uma violação de seus direitos. Esse princípio é igualmente válido no que diz respeito à gestão de terras.

A terra ocupa um lugar central na estratégia de “desenvolvimento” de Camarões, sendo um dos pilares de seu surgimento. Assim, são muitos os investimentos em terras feitos por autoridades públicas ou de indivíduos em todo o país. **Nesse contexto de forte pressão territorial, os conflitos pela terra são inevitáveis.** O controle e o acesso a ela são causas de inúmeras disputas, e a solução desses conflitos é uma garantia importante para a estabilidade e a paz social. Nesse sentido, o Estado deve garantir a possibilidade de que os denunciadores tenham acesso, por meio de órgãos judiciais e administrativos imparciais e competentes, a meios rápidos, eficazes e acessíveis para solução de conflitos relacionados a direitos territoriais. (1) Embora a lei deva se basear no princípio da igualdade, **os**

mecanismos de solução de conflitos em Camarões oferecem menos garantias aos povos indígenas cujos territórios são os mais demandados nesta corrida pelas terras.

De como as leis de terras em Camarões abriram caminho para que os povos indígenas desconheçam seus direitos territoriais

Todo litígio é baseado na perda ou na violação de um direito. No entanto, como demandantes, **os povos indígenas de Camarões têm direitos muito precários sobre a terra.** Seu modo de vida e, acima de tudo, sua ligação com a terra, não foram reconhecidos pela grande reforma agrária de 1974. Naqueles textos, o desenvolvimento foi estabelecido como prova fundamental da propriedade da terra, e **o sistema de posse foi construído com base nos direitos individuais através de registro.**

Portanto, as Portarias de 1974 resultaram em **uma apropriação legal das terras onde vivem os povos indígenas**, essencialmente por meio da negação de seus direitos consuetudinários à terra, já que a forma como eles usam os espaços não é aceita como prova de desenvolvimento. Essa reforma levou a **uma série de despejos de povos indígenas que deram lugar a grandes investimentos (áreas protegidas, agronegócio, madeiras, mineração, etc.).** Os povos desalojados foram obrigados a se assentar nas terras dos grupos dominantes (bantus), onde vivem em situação de constante insegurança. Para se adaptar a essas novas condições, eles modificaram seu modo de vida com grande dificuldade, e os mais aventureiros se lançaram a atividades agrícolas, com maior ou menor sucesso. Sendo ocupantes ilegais, têm problemas constantes com seus vizinhos bantu, que não hesitam em se apropriar de suas roças e outros investimentos feitos nessas terras. Em princípio, essa dupla injustiça deveria ser resolvida por meio dos mecanismos territoriais de solução de conflitos.

Mecanismos discriminatórios para a solução de conflitos de terra

O direito a um tribunal é entendido como concreto e efetivo (2), mas não é o caso dos povos indígenas de Camarões. Na verdade, para esses povos, **os mecanismos existentes são discriminatórios, tanto no seu procedimento quanto na composição do tribunal.** O direito de todas as pessoas ao devido processo legal inclui, entre outras coisas, o direito de se encaminhar aos tribunais competentes de um país por qualquer ato que viole direitos fundamentais reconhecidos e garantidos por convenções internacionais, leis, regulamentações e costumes em vigor (3). Este artigo destaca a necessidade de se respeitar os direitos consuetudinários de qualquer pessoa à terra, perante os tribunais, desde que reconhecidos pelas convenções e costumes internacionais. No contexto camaronês, **o fato de os mecanismos de recurso existentes não reconhecerem disputas que impliquem violações dos direitos consuetudinários constitui um obstáculo básico ao acesso à justiça.** Na verdade, tanto esse direito de acesso à justiça quanto o reconhecimento e a proteção aos direitos territoriais consuetudinários (4) são obrigações internacionais do Estado, que deve tomar todas as medidas necessárias para implementá-los.

Além disso, o acesso equitativo à justiça exige que sejam respeitados certos princípios, como a igualdade perante o juiz e a língua em que o processo corre. Os tribunais responsáveis por resolver conflitos de terra devem ser imparciais para garantir que a justiça prevaleça. (5) Em Camarões, a composição de alguns órgãos responsáveis pela solução de conflitos territoriais gera suspeitas de parcialidade.

Assim, por exemplo, a comissão consultiva encarregada de resolver os conflitos relacionados às terras de domínio nacional (6) (terras não registradas) não oferece nenhuma garantia de imparcialidade aos povos indígenas. Ela é composta pelo subprefeito, representantes de determinadas administrações locais, além do chefe e dois notáveis da

aldeia ou comunidade onde estiver localizada a terra em disputa. (7) A natureza dessa composição, portanto, não tranquiliza os demandantes indígenas. Na verdade, **o modo de vida desses povos e a complexidade de seus costumes tornam problemática a exigência de representação.** Na maioria das aldeias onde esses conflitos acontecem, as pessoas convocadas para a comissão não são chefes, muito menos notáveis. Dessa forma, **esses povos são discriminados, pois é quase impossível para eles integrar a comissão consultiva.**

A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas especifica (8) que, em qualquer decisão judicial, os costumes, tradições, normas e sistemas jurídicos dos povos envolvidos e as normas internacionais de direitos humanos serão devidamente levados em consideração. No entanto, em relação à composição das comissões em Camarões, é difícil ver como o costume desses povos pode servir de base legal em uma organização cujos membros não a reconhecem.

Além do procedimento, que é complexo, a língua do processo também é crucial, pois todo demandante tem direito de ser assistido por um intérprete em todos os passos do processo. (9) **As línguas usadas nos órgãos responsáveis pela solução dos conflitos territoriais são o inglês e o francês e, em alguns casos, a língua dominante na localidade** onde o tribunal está localizado. Portanto, muitas vezes, os povos indígenas deixam de recorrer a essas organizações.

Um mau relacionamento com a justiça

Os povos indígenas têm um mau relacionamento com a administração e, em particular, com a justiça. **As muitas violações que sofreram – tanto das autoridades administrativas quanto dos grupos dominantes – fizeram com que se sentissem intimidados para reivindicar seus direitos.** Além disso, durante anos, algumas autoridades administrativas levaram a cabo detenções arbitrárias de membros desses povos, que nunca tinham razão diante dos bantus, considerados seus “donos”. Esses dois fatores criaram a ideia de que o tribunal é um caminho direto para a prisão.

Ao longo dos anos, **os povos indígenas foram considerados como presumíveis culpados pois, sendo incapazes de provar sua inocência na maioria dos casos em que estavam envolvidos, eram sempre declarados culpados e mandados à prisão.** Esse sentimento fez com que aumentassem entre eles o medo e a desconfiança perante as autoridades administrativas e judiciais e, acima de tudo, as forças da ordem (guarda e polícia). Isso facilita a impunidade de inúmeras violações dos direitos territoriais das comunidades indígenas, já que elas não são denunciadas.

A necessidade de uma reforma territorial incluyente

A perda de confiança no sistema judicial é resultado do desequilíbrio de poder entre os mais ricos e os mais pobres. **O sistema tende a privilegiar investidores e outros operadores econômicos em detrimento das comunidades indígenas.** A marginalização dos povos indígenas tende a ser um problema estrutural, que se deve principalmente à ausência de um arcabouço jurídico que os proteja, ao desconhecimento em relação a seus próprios direitos territoriais e à sua fraca representação nos círculos de decisão. Deve-se insistir no reconhecimento de seus direitos territoriais consuetudinários através de uma reforma incluyente. **Direitos territoriais fortes e reconhecidos implicarão diretamente na modificação de mecanismos de resolução de conflitos territoriais.** Esses mecanismos devem ser locais e levar em consideração os direitos dos povos indígenas, tanto em sua composição quanto em seus procedimentos.

NGONO OTONGO Martin Romuald

Jurista do Centro para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CED – Centre pour l’Environnement et le Développement); trabalha na proteção e na promoção dos direitos territoriais dos povos indígenas no âmbito do Projeto Landcam.

(1) Diretivas voluntárias para a governança responsável da posse de terra, da pesca e das florestas, no contexto da segurança alimentar nacional.

(2) Caso Airey c. Irlanda, Tribunal Europeu de Direitos Humanos (ECHR), Tribunal (Câmara), 9 de outubro de 1979, nº 6289/73.

(3) Artigo 7 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

(4) Existe uma interdependência entre o direito à terra e o exercício de outros direitos fundamentais, por exemplo, à administração, à saúde, a um ambiente saudável. Ver 1) Lorenzo Cotula et al, *Le droit à l’alimentation et l’accès aux ressources naturelles : utilisation des arguments et des mécanismes des droits de l’homme pour améliorer l’accès aux ressources des populations rurales pauvres*, FAO, 2009.

(5) Artigo 7 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

(6) Lei nº 19, de 26 de novembro de 1983, que altera o disposto no artigo 5º da Portaria nº 74-1, de 6 de julho de 1974, que estabelece o regime territorial.

(7) Artigo 12 do Decreto 76-166, de 27 de abril de 1976, que estabelece as modalidades de gestão do domínio nacional.

(8) Artigo 40.

(9) TEDH, Caso Luedicke, Belkacem e Koç, República Federal da Alemanha, nº 6210/73; 6877/75; 7132/75

REDD+: um esquema podre em sua essência



Rio Arajuno, Ecuador. Foto: Tomas Munita/CIFOR

Ficou difícil ter uma ideia clara do que realmente está acontecendo com o REDD+, a principal política internacional para as florestas. Ele já se revelou um **grande fracasso para o clima, para as florestas e para os povos da floresta** (1), mas muitas agências internacionais de financiamento e governos continuam apoiando e promovendo o REDD+. A próxima rodada das negociações climáticas da ONU, em novembro de 2019, discutirá novamente o mecanismo. Este artigo analisa sua capacidade continuada em não conseguir interromper o desmatamento e descreve os problemas fundamentais das principais iniciativas internacionais.

Banco Mundial e REDD+: facilitando mais desmatamento

Inicialmente, examinemos a Parceria para o Carbono Florestal (FCPF, na sigla em inglês) do Banco Mundial, lançada em dezembro de 2007 como uma iniciativa-piloto para impulsionar o início do mercado de carbono para o REDD+. (2)

Quase doze anos após o seu lançamento, um padrão que talvez tivesse sido previsível ficou evidente: grandes anúncios sobre exigências de “salvaguardas” sociais e ambientais, “planos de compartilhamento de benefícios” ou processos “participativos” foram, depois de algum tempo, seguidos versões bem mais frágeis dessas regras e promessas. No entanto, esses anúncios permitiram que **a Parceria se apresentasse como um mecanismo “inovador” e atendesse às solicitações dos doadores, ao mesmo tempo em que garantia a continuidade dos programas nacionais de REDD+ – mesmo que não tivessem cumprido os requisitos para esse avanço.** (3) O resultado: 19 países foram admitidos no Fundo de Carbono – a fase final da FCPF, que permite que os países participantes recebam pagamentos com base nos “resultados” de prevenção de desmatamento. Em poucas palavras, isso significa que, **com pagamentos baseados em resultados, o governo que recebe o dinheiro pode incluir as emissões supostamente evitadas no sistema nacional de contabilidade de carbono de seu próprio país.** Se o pagamento fosse por *créditos* de REDD+ que o Fundo de Carbono pudesse vender ou que membros do Fundo de Carbono pudessem usar para alegar que suas emissões não estão prejudicando o clima, o governo de um dos 19 países que recebesse o dinheiro não poderia alegar a redução nas emissões de REDD+ em seu próprio sistema nacional, pois o Fundo de Carbono já estaria contabilizando essas reduções.

Antes que os pagamentos possam ser feitos, o Banco Mundial precisa assinar um contrato com o país do Sul global em questão. Até agora, o Banco Mundial assinou contratos com três governos: República Democrática do Congo (RDC), Moçambique e Gana. Nesses contratos (chamados de “Contrato de compra de redução de emissões” – ERPA), **o Banco Mundial pagará 5 dólares por tonelada de dióxido de carbono que o governo em questão conseguir demonstrar ter evitado ao manter o desmatamento abaixo do limite acordado.**

Mas esse cenário pode estar prestes a mudar...

Com o término da Parceria para o Carbono Florestal previsto para dezembro de 2025, e considerando-se que os contratos de compra devem cobrir pelo menos cinco anos, todos os contratos precisam ser encerrados até o final de dezembro de 2019. (4) Ainda não se sabe se isso será possível sem **outra onda de fragilização de regras e com doadores fazendo vista grossa** aos atalhos adotados para cumprir prazos.

Além disso, **o Fundo de Carbono da FCPF já enviou ao Esquema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional (CORSIA) uma solicitação para ser reconhecido como comerciante registrado de créditos de REDD,** ou seja, as compensações de carbono que podem ser vendidas e compradas. (5) O CORSIA possibilitará que as companhias aéreas aumentem o número de voos internacionais e aleguem que isso não prejudica o clima, pois os créditos de carbono que compram compensarão uma parte das emissões que elas têm projetadas.

Se for aceita como fornecedor de créditos de carbono para companhias aéreas internacionais por meio do CORSIA, a Parceria de Carbono Florestal do Banco Mundial já não será apenas um mecanismo de pagamento de REDD+ com base em resultados, e sim de negociação de *créditos* de carbono de REDD+. Isso porque, ao adquirir um crédito de REDD+, as companhias aéreas estão comprando o direito de alegar que parte das emissões de seus voos foi compensada. **A consequência provável será a imposição de**

monitoramento e restrições de uso muito mais rigorosos a comunidades que vivem na floresta ou convivem com ela.

As propostas existentes apontam para uma repetição do padrão estabelecido, segundo o qual as iniciativas de REDD+ **responsabilizam a pequena agricultura pelo desmatamento e restringem a agricultura itinerante e outras práticas tradicionais de uso da floresta** – enquanto a destruição em grande escala impulsionada pelas empresas continua intocada. Nesse caso, as consequências para povos da floresta e pequenos agricultores não serão diferentes das que estão nos projetos de REDD+ do setor privado – apenas acontecerão em uma escala maior (ver também o Boletim [231](#) do WRM). Acima de tudo, esses projetos de REDD+ trouxeram conflitos, contradições e mentiras para as comunidades que vivem na floresta e com ela convivem. (6)

E quanto a outras grandes iniciativas-piloto de REDD+?

Além da Parceria de Carbono Florestal, o Fundo Amazônia, o REDD Early Movers e o programa-piloto de REDD+ do Fundo Verde para o Clima estão entre as iniciativas mais importantes que se propuseram a promover o REDD+, seja como comércio de carbono ou como mecanismo de pagamento com base em resultados (embora a única diferença real entre os dois seja a forma como a unidade REDD+ é usada). Essas outras iniciativas tiveram melhores resultados em termos de combate ao desmatamento ou apoio ao manejo das florestas pelos povos que vivem nelas?

Os governos da **Noruega e da Alemanha se comprometeram a pagar mais de um bilhão de dólares ao Fundo Amazônia**, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil. A Noruega é, de longe, o maior contribuinte, com seu compromisso de pagar mais de um bilhão de dólares ao Fundo se o desmatamento na Amazônia brasileira permanecer abaixo dos níveis acordados. Em agosto de 2019, a Noruega anunciou que suspenderia pagamentos adicionais ao Fundo Amazônia devido a disputas com o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro sobre como se poderia gastar o dinheiro já comprometido. Esses pagamentos teriam sido improváveis de qualquer maneira, já que só são feitos depois que se puder demonstrar que os “resultados” do desmatamento na Amazônia ficaram abaixo de um limite acordado. Sob o atual governo de extrema direita, no entanto, é provável que a taxa de desmatamento aumente até bem acima do limite. E **não conseguir gerar resultados significa que não haverá pagamentos**.

O governo da Alemanha administra outro programa de pagamento de REDD+ “baseado em resultados” no Brasil, com os governos estaduais do Acre e do Mato Grosso. (7) O **programa REDD Early Movers** já está em sua segunda fase no Acre, onde o governo recebeu 25 milhões de dólares entre 2012 e 2017 na forma de pagamentos “com base em resultados”. Obter os resultados da fase I foi fácil para o governo do estado porque o limite ou nível de referência foi calculado com base em uma média de dez anos que incluiu os anos de pico de desmatamento no início da década de 2000. Não foi necessário atuar para reduzir o desmatamento. Na verdade, **o desmatamento poderia ter aumentado muito e o governo do Acre ainda continuaria apto a receber pagamentos “com base em resultados”**. Para a fase II, o nível de referência foi reduzido. Com um aumento de 300% no desmatamento em todo o estado do Acre em comparação com o ano anterior, é provável que o desempenho 2018/2019 também o seja: **não haverá pagamentos**. E, como resultado, também não haverá financiamento para iniciativas e programas governamentais que se tornaram totalmente dependentes dos pagamentos de REDD+.

No Mato Grosso, o programa fornece pagamentos se (as emissões do) desmatamento permanecerem abaixo de um limite acordado, que é o desmatamento médio de 2004 a 2015. Esse limite também é muito vago porque inclui os anos de pico do desmatamento.

Pouco se sabe sobre quanto dinheiro do REDD Early Movers o governo alemão desembolsou até agora no estado. O que se sabe é que o governo do **Mato Grosso usou parte do dinheiro para comprar imagens de satélite de uma empresa privada, embora o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, tenha um programa amplamente reconhecido de monitoramento por satélite do desmatamento**, chamado PRODES. A compra de imagens de satélite privadas é ainda mais problemática considerando-se a política atual no Brasil. Em reação às notícias sobre o aumento intenso do desmatamento na Amazônia brasileira desde que seu governo assumiu, o presidente Bolsonaro, de extrema direita, questionou os números do INPE e propôs substituir o portador das más notícias pelo mesmo serviço privado do qual o governo do Mato Grosso está comprando imagens de satélite – com fundos do governo alemão.

O programa-piloto do Fundo Verde para o Clima Verde voltado ao pagamento de REDD+ com base em resultados, no valor de 500 milhões de dólares, está atualmente em avaliação. Até o momento, aprovou duas solicitações de financiamento para pagamentos de REDD+, supostamente baseados em resultados. Ambos os pedidos foram submetidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – um em nome do governo do Brasil e outro em nome do governo do Equador. **O pedido brasileiro de 96,5 milhões de dólares foi aprovado em fevereiro de 2019, em meio a muitas críticas e apenas um mês após o governo Bolsonaro assumir o poder.** Os principais requisitos para a aprovação da solicitação do governo brasileiro, como a participação da sociedade civil no organismo para decidir como as verbas seriam usadas ou o compromisso de continuar implementando medidas para combater o desmatamento, parecem não mais ser atendidos, e as verbas podem não ser (totalmente) desembolsadas no final das contas. A solicitação do governo do Equador foi aprovada em julho de 2019, com o Conselho do Fundo Verde para o Clima aceitando dados de carbono florestal com uma média de mais de 30% de incerteza. **Portanto, grande parte do pagamento ao governo do Equador pode ser “com base em resultados”, mas a partir de dados incertos, em vez de emissões reais que deixaram de ser liberadas na atmosfera.**

Por fim, em setembro de 2019, **o Conselho de Recursos Aéreos da Califórnia (CARB) aprovou um Padrão para Florestas Tropicais**. Inicialmente, o órgão decidiu adotar uma decisão que permitiria o uso de créditos internacionais de REDD+ por empresas da Califórnia que fazem parte do esquema de comércio de emissões do estado. Quando a oposição se mostrou mais difícil de superar do que o previsto, o Conselho introduziu outra forma para manter a discussão viva: em vez de uma decisão de aprovar ou rejeitar o uso de créditos internacionais de REDD+ no sistema de comércio de carbono da Califórnia, apresentou uma proposta de “Padrão para Florestas Tropicais”. O Conselho deseja enfatizar que “o TFS [Padrão de Floresta Tropical] não está propondo nem resultaria em novos créditos de compensação elegíveis para uso no Programa de Cap-and-Trade (Limitação e Comércio) da Califórnia ... e qualquer conexão futura exigiria um processo futuro de elaboração de regras e uma votação separada no Conselho”. (8) Isso, no entanto, levanta a seguinte questão: por que uma instituição do estado da Califórnia gastaria tanta energia e recursos na criação de um padrão que não pretende usar? (9)

É claro que todos esses detalhes confusos sobre créditos de REDD+ versus pagamentos “com base em resultados” e sobre quem pode contabilizar quantas reduções de emissões, são uma **cortina de fumaça que esconde pelo menos três razões pelas quais o experimento de REDD+ deve terminar urgentemente:**

- (1) 12 anos de REDD+ não conseguiram interromper nem reduzir significativamente o desmatamento.
- (2) O REDD+ tem conseguido desviar a atenção das causas reais do desmatamento e das mudanças climáticas.
- (3) Os projetos e programas de REDD+ levaram a que mais florestas e territórios de comunidades dependentes de florestas fossem submetidos ao controle e ao monitoramento

do uso da terra por agentes de fora. Como compensação, também permitiram que indústrias poluidoras continuassem ou até expandissem operações que destroem as florestas e o clima.

REDD+ visto como sucesso? Se perguntarmos a empresas de combustíveis fósseis...

A máquina de relações públicas (RP) do REDD+ está funcionando a todo vapor desde que o esquema ganhou visibilidade internacional ao ser adotado nas negociações climáticas da ONU. Cada atraso e incapacidade de demonstrar avanços foram minimizados por meio de RP, alegando que não houve tempo suficiente, as circunstâncias não eram as melhores, críticos demais, pouca pesquisa, pouco dinheiro, etc.

Para cada uma dessas desculpas, provavelmente se podem encontrar um ou dois exemplos dignos de confiança. Porém, **questões técnicas para “melhorar” o REDD+ não levam em conta a verdade de que o REDD+ está podre em sua essência: ele foi criado como um mecanismo de comércio de carbono**, e rebatizá-lo de pagamento “com base em resultados”, REDD jurisdicional ou qualquer outro nome não melhorou os pressupostos que estão por trás dele.

Não há quantidade de relações públicas que mude isso. E assim se explica por que os programas-piloto no REDD+ “com base em desempenho” estabelecidos no Brasil por Noruega e Alemanha não estão mais fazendo pagamentos: **uma vez eliminados os falsos “resultados” fabricados ao se inflarem os limites, e uma ação verdadeira teria sido necessária para combater o desmatamento em grande escala por empresas para voltar a produzir “resultados”, os “resultados” desapareceram.**

Ao mesmo tempo, a atenção da mídia internacional se voltou para a Amazônia, onde o mês de agosto teve incêndios em uma escala muito maior do que nos últimos anos, liberando grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera. Enquanto isso, os 96,5 milhões de dólares do Fundo Verde para o Clima, concedidos ao governo brasileiro pelo pagamento de REDD+ “com base em resultados” em fevereiro de 2019, representam menos de 0.003% dos 31,9 bilhões de dólares que governos e bancos no Brasil gastaram para patrocinar a indústrias da soja e da pecuária, somente em 2017. Isso foi antes de o governo Bolsonaro assumir o poder.

Não importa quão bem lubrificada esteja a máquina de relações públicas do REDD+: *a natureza não será enganada*. A fé em que os “problemas” do REDD+ podem ser corrigidos se revelou equivocada segundo as evidências acumuladas nos últimos 12 anos. Os defensores do REDD+ devem parar enquanto há tempo e **pôr fim a todos os esquemas do tipo REDD+**, o desastre da política florestal internacional que impediu uma ação significativa no combate ao desmatamento e no apoio às comunidades que vivem na floresta e convivem com ela.

Jutta Kill, jutta@wrm.org.uy

Membro do Secretariado Internacional do WRM

(1) WRM (2014): REDD. Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras.

<https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>

(2) Boletim 111 do WRM, “O Banco Mundial: um comerciante de carbono que não tem nada de neutral”, outubro de 2006, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao3/o-banco-mundial-um-comerciante-de-carbono-que-nao-tem-nada-de-neutral/>

(3) Uma carta aberta da Rainforest Foundation UK e de outros cita vários exemplos desse padrão em que a Parceria de Carbono Florestal faz grandes anúncios, para depois fragilizar as regras e as exigências: <https://redd-monitor.org/2017/12/17/ngos-call-for-suspension-of-world-banks-redd-programme-this-approach-to-forest-protection-simply-has-not-worked/>

(4) Os documentos e decisões da 20ª reunião da reunião do Fundo de Carbono da Parceria de Carbono Florestal do Banco Mundial, de 8 a 11 de junho de 2019 em Washington, DC, podem ser encontrados em <https://www.forestcarbonpartnership.org/carbon-fund-twentieth-cf20>

(5) A solicitação da Parceria de Carbono Florestal ao CORSIA está disponível em:

https://www.icao.int/environmental-protection/CORSIA/Documents/TAB/FCPF_Programme_Application.pdf

Para obter mais informações sobre como a aviação internacional está prejudicando o clima e por que seu plano CORSIA irá servir como combustível para o caos climático, em vez de impedi-lo, consulte a postagem do REDD-Monitor “Não se pode enganar a natureza”:

<https://redd-monitor.org/2019/09/05/nature-cannot-be-fooled-kevin-anderson-on-mitigation-as-if-climate-mattered/>

(6) WRM (2014): REDD. Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras.

<https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>

(7) A Alemanha também assinou contratos do REDD Early Movers com os governos da Colômbia e do Equador.

(8) A California Air Resources Board responde a comentários sobre a proposta de análise ambiental preparada para o endosso do padrão florestal tropical da Califórnia. 9 de novembro de 2018, 2-26.

(9) Larry Lohmann, Carbon Confidential. A California Crime Paper. The Corner House, 2019,

<http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/carbon-confidential>

Mekong: onde a febre da borracha ataca novamente



A chamada “febre da borracha” teve seu início em meados do século XIX, quando Charles Goodyear descobriu os usos potenciais do látex da seringueira. Com a fabricação em massa de automóveis, algumas décadas depois, e a invenção dos pneus em 1888, a “necessidade” de borracha natural tornou-se urgente. Enquanto isso, a borracha sintética, fabricada por meio de reações químicas com produtos de hidrocarboneto, tenta competir com a borracha natural, mas não consegue substituí-la.

A seringueira vem da Amazônia. Muitos oportunistas correram para essas selvas em busca de fortuna, impondo práticas sub-humanas de colheita e trabalho escravo. Em poucos anos, milhares de indígenas foram mortos, violentados ou torturados. (1) Outros exploraram a borracha na África Ocidental, onde os colonizadores propagaram as sementes de *Hevea brasiliensis*, liderados por um dos monarcas mais infames: o rei Leopoldo II, da Bélgica. Mais uma vez, milhares de pessoas foram mortas, escravizadas e torturadas. Em 1912, as sementes foram levadas para a Ásia, onde se propagaram em grandes plantações para reduzir os custos de produção.

Até hoje, a produção industrial de borracha natural é, em grande medida, sinônimo de destruição e exploração. As grandes plantações são responsáveis por desmatamento, destruição da biodiversidade, erosão de solos, contaminação pelo uso de produtos químicos, além do abuso e expropriação de comunidades locais. As plantações industriais de seringueira também aumentam significativamente a violência sexual e os abusos contra mulheres e meninas nas comunidades afetadas. (2) Atualmente, 97% da produção de borracha natural no mundo é proveniente da região asiática.

Segundo um relatório da organização FERN (3), cerca de 13 milhões de hectares são ocupados por plantações de seringueiras no mundo, e esse número está aumentando. Até 2025, estima-se que o consumo anual de borracha aumente em mais de 40% em relação ao de 2010. Isso poderia levar a uma expansão de 8,5 milhões de hectares de plantações.

Os principais compradores de borracha natural são China, União Europeia (principalmente Alemanha, França, Espanha e Itália) e Estados Unidos. Cerca de 70% são destinados à fabricação de pneus, principalmente para cargas pesadas. À medida que aumenta o uso de carros, caminhões e aviões, o uso de borracha também aumenta. E isso não vem sem controvérsias.

O “ouro branco” no Mekong

A região do Mekong, composta por Tailândia, Camboja, Vietnã, Laos e Mianmar, enfrenta um desmatamento que avança a passos de gigante, principalmente por causa das plantações de seringueira. Esses cinco países produzem mais de 50% da borracha natural do mundo. Isso se deve, entre outras razões, à sua proximidade com a China, principal consumidor mundial de borracha, bem como à expansão das plantações de dendezeiros na Indonésia e na Malásia, que foram deslocando a seringueira para o Mekong.

No início de 1950, o governo chinês decidiu que deveria produzir sua própria borracha natural e, por isso, investiu muito em pesquisar se a seringueira poderia ser cultivada em áreas até então consideradas inadequadas. Posteriormente, conseguiu-se estabelecer plantações estatais bem-sucedidas em áreas “não tradicionais”, o que facilitou muito a expansão desse cultivo. Ao mesmo tempo, o auge nos preços do óleo de dendê impulsionava uma expansão das plantações de dendezeiros em áreas onde anteriormente se cultivava a seringueira. Ao contrário desta, os dendezeiros se restringem aos trópicos úmidos. Em muitas partes da Tailândia peninsular, da Malásia e da Indonésia, as seringueiras ainda continuam sendo substituídas por dendezeiros e se deslocando para o norte. (4)

Hoje em dia, a produção comercial de borracha nessa região se dá em três tipos de sistemas: concessões de terras para empresas estatais ou privadas, produção independente por parte de pequenos agricultores ou cultivo por contratos entre empresas e pequenos agricultores. Na produção de borracha na Tailândia e, em menor grau, em Mianmar, predominam os pequenos agricultores, por razões diferentes, mas relacionadas às atuais políticas de reforma agrária, que subsidiam esse cultivo, e à incapacidade do Estado de controlar grandes concessões. Por outro lado, no Camboja, no Vietnã e no Laos, grandes concessões comerciais foram promovidas e impostas por meio de políticas governamentais, afetando a posse e o controle de terras dos pequenos agricultores.

Empresas da China, do Vietnã, da Malásia e da Tailândia estão investindo pesadamente em plantações de seringueira em áreas não tradicionais de Vietnã, Tailândia, Laos, Camboja e Mianmar. Essas plantações são gerenciadas por concessões ou contratos com pequenos produtores. Nas concessões, as empresas controlam tanto a terra quanto a produção de borracha, e os agricultores se transformam em trabalhadores sem terra, e a maioria também enfrenta condições de trabalho muito precárias. (5)

No caso da colheita por contrato, os pequenos agricultores continuam sendo proprietários de suas terras, embora devam cumprir as condições contratuais. O abandono das práticas agrícolas tradicionais em favor do que essencialmente é uma monocultura tem graves consequências para a soberania alimentar e nutricional das famílias. Ainda pior, os vários materiais, alimentos e medicamentos, bem como produtos florestais não madeireiros, tornam-se inacessíveis, uma vez que as plantações de seringueira não os fornecem.

Myanmar

A seringueira é cultivada em Myanmar desde o início do século XX, principalmente no estado de Mon. Essas áreas “tradicionais” de cultivo envolvem principalmente pequenos agricultores em busca de outras fontes de renda. No entanto, como indicado pela ONG Global Witness (6), surgiram dois novos padrões de expansão em Myanmar.

Por um lado, novas áreas não tradicionais desse cultivo vêm sendo promovidas durante a última década pelo governo, e houve uma expansão das plantações no norte do país. A política oficial passou de contar com pequenos agricultores para atingir cotas nacionais de produção agrícola e usar empresas privadas para atingir objetivos nacionais. Por outro lado, as grandes plantações estão cada vez mais se aproximando das pequenas, o que reduz o acesso dos agricultores às florestas e a seus meios de subsistência, prejudicando ainda mais sua soberania alimentar.

Nos dois casos, as concessões são situadas em áreas que o governo define como “terras improdutivas”, principalmente em terras altas. Mas, longe de improdutivas, essas terras costumam ser usadas e cultivadas pelas comunidades locais.

Vietnã

As plantações de seringueira no Vietnã evidenciam alguns dos piores abusos cometidos pela colônia francesa contra os povos indígenas daquele país. O clima nas terras altas do sul oferece condições ideais para a seringueira. Portanto, o governo colonial “disponibilizou” vastas extensões de floresta para plantações de empresas europeias, estabelecendo a infraestrutura necessária e fornecendo apoio financeiro. O trabalho forçado era a norma, junto com tortura, estupro e marginalização. No entanto, as plantações coloniais também se tornaram lugares de radicalização e rebelião que se manifestaram nas guerras subsequentes com a França e os Estados Unidos. Posteriormente, o novo governo optou por operar o setor de acordo com estruturas coloniais, dando preferência a grandes empresas estrangeiras. A partir de 1943, grandes propriedades começaram a ocupar cada vez mais terras para produzir borracha, atingindo 82% em 1970. (7)

Embora as plantações de empresas francesas tenham desaparecido em favor de companhias estatais após 1975, os conflitos entre grandes plantações e cultivos familiares ou comunitários continuam. Um relatório do governo vietnamita estimou que mais de 10 mil crianças estavam envolvidas na produção de borracha, 22% das quais tinham entre cinco e onze anos. Há muitas denúncias graves de tráfico e escravidão. (8) As empresas vietnamitas, por sua vez, buscam cada vez mais o Laos e o Camboja para estabelecer suas plantações. (9) Em uma tendência que lembra a colônia, essas empresas costumam forçar as comunidades a se mudar, geralmente de forma ilegal e violenta. (10)

Camboja

Um estudo feito pela Universidade de Copenhague em 2019 (11) mostra que 23,5% da cobertura florestal no Camboja – mais de 2,2 milhões de hectares – foram destruídos entre 2001 e 2015. Quase um quarto da área desmatada, incluindo áreas “protegidas” – foi usado

para plantações de borracha. Dois terços dessas áreas são de propriedade estrangeira, principalmente de empresas do Vietnã e da China, que também costumam controlar as fábricas.

O estudo também revela uma forte correlação entre o índice de desmatamento e o preço da borracha, razão pela qual alerta que, se as políticas que promovem o desenvolvimento de plantações comerciais de seringueira não forem interrompidas, as florestas continuarão em declínio naquele país. Essas políticas incluem o chamado “triângulo do Camboja, do Laos e do Vietnã”, voltado à promoção do “crescimento” regional, no qual a indústria da borracha tem lugar de destaque.

Em 2014, foi apresentada uma denúncia ao Tribunal Penal Internacional contra o Governo do Camboja, por seus crimes contra a humanidade associados a uma onda intensa de concentração de terras que levou ao deslocamento de 770 mil cambojanos. Na maioria das vezes, comunidades e povos indígenas foram violentamente despojados de suas terras e florestas para dar lugar a grandes projetos de agricultura comercial, principalmente com seringueiras. (12)

Laos

Desde a década de 1990, as comunidades das terras altas no norte do Laos foram pressionadas a abandonar sua agricultura de subsistência para trabalhar nas plantações de seringueira, reduzindo suas áreas de cultivo de arroz. Em um ataque direto à soberania alimentar, a rápida perda de florestas também colocou em risco a extinção de diversas variedades de arroz. (13)

Como no Camboja, praticamente todas as grandes plantações de seringueira substituíram florestas. Até 2007, um programa de titulação de terras outorgou concessões a empresas, principalmente no Vietnã e na China. Aproximadamente 75% do investimento em seringueiras no Laos vêm de empresas estrangeiras. As famílias afetadas enfrentam escassez de alimentos e água, e recebem pouca ou nenhuma compensação. Os povos indígenas e as comunidades que se opõem enfrentam violência, prisão e detenção.

Certificar para garantir a expansão?

A expansão crescente das plantações de seringueira resultou em uma série de impactos ambientais e sociais graves, que levaram à criação de esquemas de certificação que afirmam querer converter a produção de borracha em uma mais “sustentável”. Mas isso é possível?

Uma das iniciativas fortemente promovidas é a Plataforma Global de Borracha Natural Sustentável (GPSNR, na sigla em inglês), que afirma reunir os diferentes atores envolvidos para enfrentar os abusos existentes na cadeia produtiva da borracha. A Plataforma foi lançada em março de 2019, com membros da indústria automotiva, como BMW, Ford Motor, General Motors, produtores de pneus, como Bridgestone Corporation, Goodyear, Michelin, empresas de plantação de seringueiras, como o Grupo Socfin, bem como ONGs internacionais de conservação, como BirdLife International, Conservation International, Mighty Earth, Rainforest Alliance, WWF.

No entanto, essas “mesas de negociação” ou plataformas escondem uma clara desigualdade em termos de poder político e econômico. Pior ainda, ocultam o verdadeiro objetivo de reunir os atores empresariais que lucram com a expansão da borracha e ONGs de conservação: facilitar a expansão das plantações industriais de seringueira sob selos que escondem a devastação que elas causam. Isso já foi evidenciado no caso de outros esquemas de certificação para grandes plantações de monoculturas de árvores. (14)

O fato é que muitos dos fatores subjacentes que geraram as várias “febres da borracha” ao longo da história, nas diferentes regiões do Sul global, continuam de pé. O aumento do consumo de carros, estradas e aviões, principalmente os que facilitam o comércio global de milhões de mercadorias transportadas todos os dias, é um indicador de que a expansão das plantações industriais de borracha continuará ameaçando territórios de comunidades e florestas.

**** Se você conhece lutas locais contra plantações de seringueiras que precisem de apoio e/ou visibilidade, entre em contato com a equipe do WRM: wrm@wrm.org.uy**

- (1) Survival International, Muerte en el paraíso del diablo, <https://www.survival.es/articulos/3283-fiebre-del-caucho>
- (2) Romper el Silencio: violencia sexual y abuso contra las mujeres dentro y alrededor de las plantaciones industriales de palma aceitera y caucho, 2019, <https://wrm.org.uy/all-campaigns/breaking-the-silence-violence-against-women-in-and-around-industrial-oil-palm-and-rubber-plantations/>
- (3) FERN, Rubber. Agricultural commodity consumption in the EU, 2018, <https://www.fern.org/fileadmin/uploads/fern/Documents/Fern%20Rubber%20briefing.pdf>
- (4) Fox J., Castella J. C., 2013. Expansion of rubber (*Hevea brasiliensis*) in Mainland Southeast Asia: What are the prospects for smallholders? *Journal of Peasant Studies* 40(1), 155-170, https://www.researchgate.net/publication/228485418_Expansion_of_Rubber_Hevea_brasiliensis_in_Mainland_Southeast_Asia_What_are_the_Prospects_for_Small_Holders
- (5) Idem e CAB Reviews, Environmental and socio-economic impacts of rubber cultivation in the Mekong region: challenges for sustainable land use, 2015, https://www.researchgate.net/publication/282429180_Environmental_and_socio-economic_impacts_of_rubber_cultivation_in_the_Mekong_region_Challenges_for_sustainable_land_use
- (6) Global Witness, What future for rubber production in Myanmar? 2014, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/land-deals/what-future-rubber-production-myanmar/>
- (7) Saigoneer, The harrowing history of Vietnam’s rubber plantations, 2019, <https://saigoneer.com/saigon-culture/17206-the-harrowing-history-of-vietnam-s-rubber-plantations>
- (8) Verité. Fair Labour Worldwide, Countries where rubber is reportedly produced with forced and/or child labour, <https://www.verite.org/project/rubber-3/>
- (9) Land grabs and labour: Vietnamese workers on rubber plantations in southern Laos, Singapore *Journal of Tropical geography*, 2018, http://csdlkhoahoc.hueuni.edu.vn/data/2018/9/Baird_et_al_2018_Land_Grabs_and_Labour.pdf
- (10) AidEnvironment, Low prices drive natural rubber producers into poverty, 2016, <http://www.aidenvironment.org/wp-content/uploads/2016/10/Rubber-study-FRA.pdf> e Global Witness, rubber barons, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/land-deals/rubberbarons/>
- (11) Nature, Unravelling the link between global rubber price and tropical deforestation in Cambodia, 2019, <https://www.nature.com/articles/s41477-018-0325-4>
- (12) Land Coalition, Unprecedented case filed at ICC proposes land grabbing in Cambodia as a crime against humanity, 2014, <https://www.landcoalition.org/fr/blog/unprecedented-case-filed-international-criminal-court-proposes-land-grabbing-cambodia-crime>
- (13) Luangmany, D. e Kaneko, S., Expansion of rubber tree plantation in northern Laos: economic and environmental consequences, 2013, https://pdfs.semanticscholar.org/6438/2810e8de0a046bc4031c553ae57af7161559.pdf?_ga=2.245060293.1737308049.1568810213-1438038529.1568810213
- (14) Veja a página do WRM sobre certificação de plantações industriais: <https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/plantacoes-de-arvores/certificacao/>

A resistência das mulheres mapuche lavkenche ao modelo florestal chileno



Foto: Verónica González Correa, Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales (OLCA)

Este artigo (1) contextualiza a forma como a Rede de Organizações de Mulheres de Tirúa, no centro-sul do Chile, está implementando estratégias para que a vida prevaleça naquele território, fragilizado pela invasão de plantações de árvores.

Modelo florestal chileno e conflito

No Chile, o modelo florestal está estabelecido principalmente nas áreas rurais da parte centro-sul do país, no que, segundo a divisão político-geográfica, tem sido chamada de região do Bío Bío e Araucanía. A indústria de plantações se baseia na instalação sistemática de grandes monoculturas de espécies exóticas de pinus e eucalipto para suprir fábricas de celulose, serrarias e produtos madeireiros, principalmente para exportação.

Durante a ditadura chilena (1973-1990), grandes áreas de terra foram entregues a dois grupos familiares, principalmente. Um deles foi a *holding* Paper and Cardboard Manufacturing Company (CMPC), do grupo familiar Matte, proprietária da Forestal Minico, que administra uma área de 667.469 hectares. O outro foi a empresa Arauco, do clã Angelinni, com um patrimônio de 1.116.788 hectares. **Ambas são donas de 64% das plantações, 100% das indústrias de celulose, 81% das fábricas de papel e papelão, 75% das fábricas de tábuas e 37% da produção de aparas no país (2).**

A ditadura também implementou o **Decreto-Lei de Fomento Florestal 701**, que subsidiava 75% dos custos de plantio, manejo e administração, além de eliminar a tributação. A redução do custo da mão de obra e as economias de escala permitiram às grandes empresas de plantação cobrir quase todas as despesas de plantio com esse subsídio do Estado, cuja vigência inicial seria até 1998, mas foi prorrogada até 2013, representando **incentivos importantes e inéditos à plantação de monoculturas em terras declaradas como de aptidão preferencialmente para plantações e em florestas.**

De acordo com informações oficiais fornecidas pela Corporação Nacional Florestal (CONAF), em 2014, as plantações de árvores cobriam 3.316.789 hectares. (3) Na mesma

região, onde os índios mapuche vivem em apenas 300 mil hectares, várias investigações reconhecem que o Estado chileno lhes tirou 11 milhões de hectares. (Seguel, 2002: 173)

Esse cenário gerou um **alto nível de conflito social, principalmente com o povo mapuche** que, desde o final dos anos 90, começou a resistir ativamente ao conluio entre empresas de plantações de árvores e o Estado chileno. Fernando Pairicán (2013), historiador mapuche, destaca que o marco que incendiou o *wallmapu* (todo o território mapuche) aconteceu em dezembro de 1997, quando foram queimados três caminhões carregados com madeira da empresa Forestal Arauco, na região de Lumaco. As comunidades mapuche dessa comuna indicaram que pretendiam recuperar a terra que estava em mãos da silvicultura, tendo como argumento seus direitos ancestrais e soberanos sobre aquele território. A partir desse momento, inicia-se **uma escalada de processos de recuperação efetiva do território, o que resultou em um aumento excessivo da presença policial em várias áreas onde o trabalho nas plantações de árvores é protegido por forte contingente policial, altamente armado e pago com impostos de toda a população chilena.**

Rede de Organizações de Mulheres de Tirúa

A Rede de Organizações de Mulheres de Tirúa reúne mulheres autoconvocadas que buscam melhorar as condições de vida de todas por meio de iniciativas produtivas que respeitem seu entorno e valorizem recursos e saberes ancestrais. Por outro lado, assumem a defesa organizada e o cuidado coletivo do território, suas águas, florestas e biodiversidade ameaçadas pelas plantações de monoculturas, assumindo um papel ativo na defesa do território lavkenche. (3)

As mulheres da Rede são principalmente mapuches, e são todas camponesas que vivem em diferentes setores da comuna de Tirúa. A Rede é composta por 27 organizações de mulheres que se dedicam coletivamente à produção de hortaliças em suas hortas, à produção de árvores nativas, à tecelagem em teares, à secagem de ervas, à coleta de *lawen* (ervas medicinais) e frutas silvestres (maqui, avelã, murta, entre outros) e à elaboração de produtos com o que têm nas suas roças: compotas, conservas, farinha torrada, mote, merquén, ñocha, com o duplo objetivo de consumo e comercialização. A produção é principalmente para suas famílias, mas algo sobra para ser vendido ou trocado com alguma vizinha ou parente.

De 2014 até hoje, as mulheres foram se transformando em agentes relevantes na transformação de seu território e se posicionando a partir de suas resistências cotidianas e pensando, a partir da intuição, em como gerar alternativas. Elas apresentam uma crítica radical aos modos de desenvolvimento e uma proposta focada em outra maneira de levar a vida. São distribuidoras de sementes das resistências cotidianas, de trabalho diário no cuidado da biodiversidade. As mulheres da Rede estão protegendo e propagando o *iltrofill mongen* (respeito por tudo que é vivo) e **representam uma alternativa ao modelo extrativista das plantações.**

Como estão recuperando o equilíbrio?

Inicialmente, elas apontam: deixar de comer mal – enlatados, carne da cidade. É preciso criar animais, semear suas próprias plantas em casa e regar com sua água; saber o que você está comendo, que água está bebendo; pagar ao *ngen* [espírito protetor] pela água com oferendas, para que lhe proteja.

Em segundo lugar, **as mulheres, na prática, estão retirando o eucalipto de suas terras** por meio de várias estratégias, pois não é uma tarefa simples. Estão retirando os pinus e

eucaliptos e plantando árvores e plantas nativas. Estão protegendo as cabeceiras das bacias hidrográficas, protegendo os olhos d'água, cuidando da água.

Em terceiro, mantendo, fortalecendo e difundindo o discurso crítico contra as empresas de monocultura e se conscientizando sobre as políticas do Estado chileno que resultaram na grave situação atual.

Quarto, retomando e focando nas economias baseado em cuidados, ou seja, as tarefas associadas à reprodução humana – âmbito que vai além das fronteiras do cuidado nos lares, em direção ao cuidado com a *ñuke mapu* (mãe terra), pensando na descendência e na vida na comunidade.

Um modelo a partir de baixo, a partir da terra

As mulheres da Rede mostram que a recuperação do povo mapuche não é apenas pelas terras, mas também é cultural, pelo conhecimento. Essa lógica integradora é fundamental. A partir dela, conseguem ver aos que plantaram pinheiros e eucaliptos em seus territórios não como traidores, amigos ou inimigos, e sim como pessoas que foram enganadas: são seus pais, maridos, o vizinho e a vizinha, que caíram no jogo porque tinham pouca confiança em suas próprias visões. Portanto, para reverter a situação, não é necessário remover essas pessoas da comunidade, e sim fortalecer sua confiança no que é seu, preservar a abundância que o território oferece aos que estão e aos que virão.

Como pode ser visto, essa é outra maneira de enfrentar o avanço e o aprofundamento do modelo de monoculturas; um modelo a partir de baixo, a partir da terra. Obviamente, a aposta que está por trás do trabalho da rede é diferente. Desdenha o paradigma econômico capitalista ou, pelo menos, avança nessa intuição, reivindica o elo como uma matriz estruturante – não a ideia, muito menos o número; **não quer pinus e eucaliptos uniformes, todos com a mesma idade, a mesma roupagem e o mesmo destino mercantil, e sim reivindicar a floresta diversificada.**

Permanentemente, a Rede luta para que a força motriz de seu planejamento, de suas estratégias, da superação das vicissitudes seja o cuidado, uma questão eminentemente coletiva. Tantos séculos de cuidado constituem um acervo que precisa ser compartilhado, agora que estamos em uma situação crítica em que o extrativismo impõe a morte. Pensar em cuidar desdenhosamente é perpetuar ainda mais a invisibilidade das mulheres.

Verónica González Correa

Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais, OLCA

(1) Este artigo é resultado da tese de mestrado “Resistencia de mujeres lavkenche al modelo forestal chileno” 2019, Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social, Chiapas, México. O trabalho de campo foi realizado entre agosto e dezembro de 2017.

(2) Corporación Nacional Forestal (CONAF)- Consultada em novembro de 2016

<http://www.conaf.cl/nuestros-bosques/plantaciones-forestales/>

(3) O povo mapuche (*mapu* = terra; *che* = gente) é tão diverso quanto uma floresta. Existem diferentes identidades territoriais que recebem seus nomes em função dos elementos que as caracterizam: *puelche* (gente do leste), *pikunche* (gente do norte), *lavkenche* (gente do litoral) e *williche* (gente do sul). Cada um desses expressa o vínculo inseparável entre um espaço geográfico específico e as pessoas que o habitam.

Referências bibliográficas:

Seguel, Alfredo, 2002 “Invasión Forestal y Etnocidio Mapuche”, em Contreras Painemal, Carlos (Ed.), *Acta del primer Congreso Internacional Mapuche*, Siegen, Alemanha, Ñuke Mapuforlaget, p. 173-189.

Pairicán, Fernando, 2013, “Lumaco: La Cristalización Del Movimiento Autodeterminista Mapuche” *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, 17(1), p. 35-57.

ALERTAS DE AÇÃO

Os conflitos violentos no Parque Nacional Kahuzi Biega, na RDC, têm que parar!

O Centro de Acompanhamento de Povos Pigmeus e Minorias Vulneráveis (CAMV, na sigla em francês) alerta sobre a situação preocupante e desastrosa no Parque Nacional Kahuzi Biega, na República Democrática do Congo. Já houve incidentes violentos em abril e julho de 2019, com pessoas feridas gravemente e mortas. E em 1º de agosto de 2019, um pigmeu e um “eco-guarda” foram mortos como resultado de outra briga em um território ocupado pelos pigmeus dentro do parque. Outros confrontos entre “eco-guardas” e pigmeus são relatados diariamente. Leia a nota à imprensa, em francês, aqui: https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2019/09/Declaration-CAMV_02-08-2019.pdf

Declaração contra a segunda fábrica de celulose da UPM no Uruguai

No final de julho de 2019, a UPM confirmou que instalará uma segunda fábrica de celulose no Uruguai. Esse megaprojeto produzirá até 2,33 milhões de toneladas de celulose por ano, o que acarretará importantes danos ambientais, sociais e culturais. O projeto não tem licença social. Várias organizações sociais, grupos de cidadãos locais e interessados expressaram suas preocupações com as maneiras em que o megaprojeto afetará suas vidas, e suas preocupações não foram abordadas adequadamente pelo processo de consulta pública. A versão mais recente do contrato permite que a UPM se retire, com aviso prévio de apenas um ano, sem justificativa e sem consequências materiais. Leia a declaração aqui: <http://www.guayubira.org.uy/2019/08/declaracion-conjunta-de-grupos-sociales-y-ambientalistas-uruguayos-finlandeses-e-internacionales-5819/>

RECOMENDADOS

Chile: vozes territoriais sobre a megaexpansão da Celulose Arauco

A campanha “Vozes Territoriais Frente ao Projeto MAPA: Testemunhos sobre a megaexpansão da Celulose Arauco” busca dar visibilidade a testemunhos sobre os danos decorrentes do projeto que pretende triplicar a produção da planta da empresa no Chile. O Coletivo Ojo de Treile produziu uma série de microcápsulas audiovisuais para enfrentar o projeto mais ambicioso da indústria de plantações na história daquele país, que ameaça intervir em outras florestas e territórios ancestrais. Eles podem ser vistos aqui: <https://www.youtube.com/channel/UCOaZanjwAAEIMgYoQF2xgw>

Documentário que acusa a Veracel Celulose de subornos, grilagens e violência em Brasil é exibido pela segunda vez na Finlândia

A TV Yle, um canal de comunicação da imprensa finlandesa, produziu um documentário sobre o envolvimento da Stora Enso, uma mega-empresa de celulose sueco-finlandesa e um dos donos da Veracel Celulose, empresa que atua no Brasil e é acusada de apropriação de terras, suborno, crimes ambientais e trabalhistas. É preocupante que a polícia prendeu as pessoas entrevistadas no documentário, como o fazendeiro Geraldo Pereira, que alega possuir parte das terras defendidas pela Veracel desde os anos 1970, fato confirmado em uma audiência pelo tribunal local em Eunápolis que ouviu testemunhas que narraram e confirmou a alegação da posse das terras. Veja o documentário em inglês e finlandês, aqui:

<https://www.futucandonoticias.com/noticia/documentario-que-acusa-a-veracel-de-subornos-grilagens-e-violencia-e-exibido-pela-segunda-vez-na-finlandia>

África: A certificação da RSPO para plantações de dendê é lavagem verde!

A RSPO é o sistema de certificação voluntária mais usado por empresas de dendê, e realiza sua 3ª Conferência Africana de Óleo de Dendê Sustentável em Accra, Gana, em agosto de 2019. Mas grupos da Amigos da Terra África a denunciaram como lavagem verde. Casos de degradação ambiental e violações de direitos permanecem visíveis em muitas das plantações que possuem esse selo. Os grupos também culpam as atividades das empresas de plantação de dendezeiros por perda de biodiversidade, aumento da pobreza, violações dos direitos humanos e o desastre climático na África, entre outros. Leia a nota à imprensa, em francês, aqui: <https://foeafrica.wordpress.com/2019/08/19/communique-de-presse-la-certification-rspo-est-un-ecoblanchiment-en-afrique/>

Árvores para resolver os problemas do mundo? Desde as árvores transgênicas para a bioeconomia até a proposta de um trilhão de árvores e os Negócios para a Natureza

Este relatório -por Anne Petermann e Orin Langelle, Global Justice Ecology Project- examina os eventos e pesquisas divulgados ao longo de duas semanas, entre 23 de junho e 4 de julho de 2019, discutindo a utilização maciça de árvores para permitir o estilo de vida insustentável do segmento de 1% mais rico do mundo ante as catástrofes ecológicas iminentes: desde as árvores geneticamente modificadas para facilitar a geração “verde” de energia, plásticos e produtos químicos; a plantação de trilhões de árvores para reduzir os níveis globais de carbono atmosférico; e as “reformas” do sistema econômico para permitir lucros futuros sob o disfarce de proteção da biodiversidade: <https://stopgetrees.org/arvores-para-resolver-os-problemas-do-mundo/>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 245 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): “Comunidades enfrentam desmatamento, soluções falsas e interesses corporativos”** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

Assine o Boletim do WRM: <http://eepurl.com/7RJYL>

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor-chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3.

CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>